

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-  
BRASILEIRA  
INSTITUTO DE LINGUAGENS E LITERATURAS - ILL

**Antonio Eugenio Ramos da Silva**

**POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E O ENSINO DE LIBRAS:**  
A REALIDADE DAS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PARA O ENSINO DE LIBRAS NAS  
AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA NAS ESCOLAS ESTADUAIS.

REDENÇÃO - CE  
2019

**ANTONIO EUGENIO RAMOS DA SILVA**

**POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E O ENSINO DE LIBRAS:**  
A REALIDADE DAS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PARA O ENSINO DE LIBRAS NAS  
AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA NAS ESCOLAS ESTADUAIS.

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Curso de Letras – Língua Portuguesa do Instituto de Linguagens e Literaturas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, como requisito parcial à conclusão do curso.

Orientadora: Profa. Dra. Gislene Lima Carvalho

REDENÇÃO - CE

2019

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da UNILAB  
Catalogação de Publicação na Fonte.

---

Silva, Antonio Eugenio Ramos da.

S578p

Políticas linguísticas e o ensino de libras: a realidade das políticas linguísticas para o ensino de libras nas aulas de língua portuguesa nas escolas estaduais / Antonio Eugenio Ramos da Silva.

- Redenção, 2019.  
73f: il.

Monografia - Curso de Letras - Língua Portuguesa, Instituto De Linguagens E Literaturas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2019.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gislene Lima Carvalho.

1. Linguística - Políticas. 2. Libras. 3. Comunidades Surdas.  
4. Ensino. 5. Inclusão. I. Título

CE/UF/BSCL

CDD 410

---

**ANTONIO EUGENIO RAMOS DA SILVA**

**POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E O ENSINO DE LIBRAS**

**A REALIDADE DAS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PARA O ENSINO DE LIBRAS  
NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA NAS ESCOLAS ESTADUAIS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras-Língua Portuguesa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito necessário para a obtenção do título de licenciado em Letras-Língua Portuguesa.

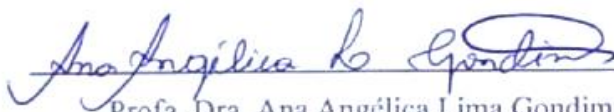
Aprovado em: 04/04/2019

**BANCA EXAMINADORA**



\_\_\_\_\_  
Profª. Dra. Gislene Lima Carvalho (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)



\_\_\_\_\_  
Profª. Dra. Ana Angélica Lima Gondim (Examinadora)

Universidade Estadual do Piauí (UESPI)



\_\_\_\_\_  
Profª. Me. Vanessa Teixeira de Freitas Nogueira (Examinadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Dedico este trabalho aos meus pais e minha família que sempre me apoiaram;

A Natali Freire (*in memoriam*) que sempre me motivava quando falávamos da Libras e que desejava aprender para melhor servir as pessoas que atendia em seu ambiente de trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus pelo dom da vida, saúde e inteligência. Por me permitir abrir os olhos todos os dias e me dar forças para buscar aquilo que desejo e acredito.

A minha família que é minha base e meu alicerce, na qual me fortifico todos os dias para seguir adiante, que sempre me apoiaram e ensinaram a nunca desistir dos meus objetivos, que nunca mediram esforços para me verem formado.

As queridas amigas Eveline Pereira e Mayra Pereira, irmãs de luta e exemplos de companheirismo, reciprocidade e amizade.

A Elisângela Lucas, minha amiga primeira dentro desta universidade, que sempre me inspirou com sua determinação e lutas diárias, um ser humano incrível e um exemplo a ser seguido. Obrigado por ser minha fonte de inspiração todas as vezes que pensei em desistir.

A minha orientadora e amiga, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gislene Lima Carvalho, obrigado pela paciência de sempre, pelos conselhos, puxões de orelha e todas as orientações que serviram como foco para o encaminhamento e concretude desta monografia. Obrigado pelas palavras de conforto quando, por vezes, me desanimava e achava que não ia dar certo, que não ia dar tempo. Você sempre me animou dizendo que ia dar tudo certo, e deu.

A todos os amigos(as), sem exceção, que me acompanharam durante minha trajetória dentro da UNILAB e na escrita desse trabalho. Obrigado por sempre torcerem a favor e por fazerem questão de dizer que estariam presentes em minha defesa, o carinho que recebi de vocês durante esse tempo me motivava sempre a

querer dar o meu melhor na realização da referida monografia. A lista de nomes é imensa, portanto, fica meu eterno sentimento de gratidão a todos vocês.

“Quando eu aceito a língua de outra pessoa, eu aceito a pessoa. Quando eu rejeito a língua, eu rejeitei a pessoa porque a língua é parte de nós mesmos. Quando eu aceito a língua de sinais, eu aceito o surdo, e é importante ter sempre em mente que o surdo tem o direito de ser surdo. Nós não devemos mudá-los, devemos ensiná-los, ajudá-los, mas temos que permitir-lhes ser surdo.”

***Terje Basilier (1993)***



## RESUMO

O Estado tem criado políticas inclusivas que garantem uma educação especializada e de qualidade às pessoas surdas devido à difusão de estudos referentes à Língua Brasileira de Sinais (Libras) e os direitos educacionais dessas pessoas nos últimos anos. Nesse trabalho, pesquisa-se sobre as Políticas Linguísticas (a partir de CALVET, 2007; OLIVEIRA, 2013; GESSER, 2009; GUARINELLO, 2007 e outros) voltadas para o ensino e difusão da Libras nas escolas estaduais do Ceará, a fim de analisar como essas políticas linguísticas são postas em prática nas aulas de língua portuguesa. Para tanto, fez-se necessário identificar quais são as políticas linguísticas existentes para a Libras, bem como verificar como ocorrem as aulas de língua portuguesa nessas escolas que possuem alunos surdos e, por fim, comparar e descrever o que está no papel e o que acontece na prática, buscando refletir sobre a realidade das políticas linguísticas voltadas para a Libras no ensino educacional do Estado. Realizou-se, então, uma pesquisa do tipo qualitativa e descritiva, na perspectiva de uma pesquisa de campo. Diante disso, verificou-se que 1) apesar de ter havido mudanças significativas no ensino de Libras devido às leis e decretos aprovados, ainda há uma crença nas políticas linguísticas traçada pelo mito de que o Brasil é um país monolíngue e com isso tem-se um favorecimento da língua portuguesa em relação às outras línguas; 2) há uma incompreensão por parte dos sistemas de ensino no que diz respeito a entender que somente a presença do intérprete em sala de aula não é suficiente para integrar o aluno surdo e 3) falta uma política que viabilize a formação desses professores que atuam em sala com alunos surdos, além de uma proposta educacional bilíngue como direito no contexto escolar, não só para os alunos surdos, mas também para os ouvintes, o que impõe a constatação de que tivemos avanços consideráveis no decorrer do tempo, mas ainda caminhamos a passos lentos no que diz respeito a um ensino que atenda às necessidades dos alunos surdos.

Palavras-chave: Políticas Linguísticas. Libras. Comunidades Surdas. Ensino. Inclusão.

## ABSTRACT

The State has created inclusive policies that guarantee a specialized and quality education for deaf people due to the diffusion of studies related to the Brazilian Sign Language (Libras) and the educational rights of these people in recent years. In this paper, we study the Linguistic Policies (from CALVET, 2007; OLIVEIRA, 2013; GESSER, 2009; GUARINELLO, 2007 and others) aimed at the teaching and diffusion of Libras in the state schools of Ceará, in order to analyze how these language policies are put into practice in Portuguese language classes. In order to do so, it was necessary to identify the linguistic policies for Libras, as well as to verify how the Portuguese language classes take place in these schools that have deaf students and, finally, to compare and describe what is on paper and what happens in practice, trying to reflect on the reality of the linguistic policies directed towards the Libras in the educational education of the State. A qualitative and descriptive, research was then carried out, from the perspective of field research. In view of this, it was verified that 1) although there have been significant changes in the teaching of Libras due to the laws and decrees approved, there is still a belief in linguistic policies drawn by the myth that Brazil is a monolingual country and with this a favor of the Portuguese language in relation to other languages; 2) there is a misunderstanding on the part of the education systems with regard to understanding that only the presence of the interpreter in the classroom is not enough to integrate the deaf student and 3) a policy is lacking that enables the formation of these teachers who work in and a bilingual educational proposal as a right in the school context, not only for the deaf students, but also for the listeners, which establishes that we have made considerable progress in the course of time, but we still walk in steps with regard to education that meets the needs of deaf students.

Key-words: Language Policies. Libras. Deaf Communities. Teaching. Inclusion.

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 01 – Documentos que tratam de direitos de pessoas surdas ----- 35

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 01 – Número de aulas observadas por escola ----- 49

Tabela 02 – Números de professores entrevistados por escola e por disciplina ---- 51

Tabela 03 – Número de intérpretes entrevistados por escola ----- 60

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIações**

CREDE - Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação.

SEDUC – Secretária de Educação do Ceará.

CREAECE - Centro de Referência em Educação e Atendimento Especializado do Ceará.

CODEA - Coordenadoria do Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem

SEFOR - Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

MEC – Ministério da Educação.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais.

ONG's – Organizações Não Governamentais.

ONU – Organização das Nações Unidas.

IES – Instituição de Ensino Superior.

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

ASL – Língua de Sinais Americana.

Libras – Língua de Sinais Brasileira.

art. – artigo.

dB – decibéis.

apud – Citado por.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>2 JUSTIFICATIVA</b>	<b>17</b>
<b>3 OBJETIVOS</b>	<b>20</b>
3.1 Objetivo Geral	20
3.2 Objetivos Específicos	20
<b>4 POLÍTICAS LINGUÍSTICAS</b>	<b>21</b>
4.1 História das Políticas Linguísticas	21
4.2 Políticas Linguísticas e Comunidades Surdas	24
<b>5 EDUCAÇÃO DOS SURDOS</b>	<b>27</b>
5.1 Concepções de Surdez	28
5.2 História da Educação dos Surdos	30
5.2.1 História da Educação dos Surdos no Brasil	34
5.3 Legislação Brasileira em relação à Educação dos surdos: Leis, decretos e outros documentos importantes	35
5.4 Libras / Lei nº 10.436/02	44
5.5 Língua x Linguagem	46
<b>6 METODOLOGIA</b>	<b>48</b>
<b>7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS</b>	<b>50</b>
7.1 Sobre as aulas observadas	50
7.2 Sobre as entrevistas com os professores de Língua Portuguesa e Redação	52
7.3 Sobre as entrevistas com os intérpretes de Libras	62
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>66</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>68</b>

<b>ANEXOS</b> .....	<b>70</b>
Anexo 01 – Carta de Apresentação de Projeto de Pesquisa .....	70
Anexo 02 – Carta de Autorização .....	71
Anexo 03 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) .....	72

<b>APÊNDICES</b> .....	<b>73</b>
Apêndice 01 – Roteiro de entrevista com professor para coleta de dados sobre alunos com surdez que frequentam a classe comum do ensino médio .....	73
Apêndice 02 – Roteiro de entrevista com intérprete de Libras para coleta de dados sobre sua profissão desempenhada em classes comuns do ensino médio .....	75

## 1 INTRODUÇÃO

A presente Monografia tem como objeto as Políticas Linguísticas voltadas para o ensino e difusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras), bem como foco em escolas da 8ª CREDE do estado do Ceará, que possuam alunos surdos e/ou a presença de intérprete de Libras.

O seu objetivo é, então, analisar como estas políticas linguísticas voltadas para a Libras estão sendo postas em prática, sobretudo nas aulas de Língua Portuguesa, em duas escolas estaduais do Ceará. Para tanto, foi necessário comparar e descrever o que está no papel e o que acontece na prática, buscando refletir sobre a realidade das políticas linguísticas voltadas para a Libras no ensino educacional do Estado.

Para a construção dessa pesquisa, alguns estudos conceituais e bibliográficos foram necessários, tais como as Políticas Linguísticas, o conceito de língua e linguagem, as concepções de surdez e outros conceitos, os quais serão explicados adiante. Em relação a Libras, sabe-se que esta é uma língua e que existem hoje, no Brasil, políticas que visam à viabilização desta, tal como a Lei 10.436/02 que a reconhece como segunda língua oficial do país.

Em sua totalidade, a língua é um fator determinante na vida de qualquer indivíduo, pois é através da aquisição da linguagem que o ser humano se identifica, se comunica, interage com a sociedade e cria sua identidade e cultura. Não é diferente com as pessoas surdas, a Libras deve ser a língua materna destes indivíduos e não deve ser entendida como uma linguagem como muito ainda se pensa, esta é uma língua com estruturas morfológicas, sintáticas e semânticas como qualquer outra língua que merece ser respeitada e garantida aos surdos.

Diante das políticas linguísticas existentes, um fator que permanece em evidência é a falta de planejamento linguístico, ou seja, a implementação dessas políticas linguísticas, percebe-se que embora a Língua de Sinais Brasileira seja oficialmente reconhecida como uma das línguas oficiais do Brasil, e apesar de se ter documentos que garantam a educação de pessoas surdas em âmbito escolar, ainda há um apagamento desses direitos, evidenciando que a realidade é outra. Portanto, buscamos reunir dados e informações com o propósito de responder ao seguinte problema de pesquisa: Até que ponto as políticas linguísticas voltadas para a Libras estão sendo postas em prática nas escolas estaduais do Ceará?

Quanto à metodologia empregada, registra-se que na fase de Investigação foi adotada primeiramente a pesquisa documental de arquivos públicos, e a pesquisa bibliográfica sobre o tema. A segunda fase se deu por meio do levantamento de dados de forma direta, numa realização da pesquisa de campo, com fins de fazer a observação de aulas de Língua Portuguesa e redação, bem como as entrevistas feitas com os professores das referidas disciplinas e com o/a intérprete das escolas observadas.

Portanto, o presente trabalho se faz importante quando entendemos que novos estudos e novos olhares devem ser feitos para a ampliação do campo de pesquisas na área da Libras e seu ensino nas escolas no ensino básico de educação. Desmistificar preconceitos contra a comunidade surda e analisar como os direitos linguísticos dessas pessoas estão sendo implementados é essencial para o campo teórico, visto que a partir disso o Estado pode rever o modo como está aplicando as políticas linguísticas para as comunidades surdas.

Para tanto, principia-se, na seção nº 4, tratando de Políticas Linguísticas, no qual abordamos de forma ampla a história das políticas linguísticas e como estas se relacionam com as comunidades surdas. Na seção nº 5, tratando da Educação dos Surdos, discutimos sobre as concepções de surdez, bem como da história da educação das pessoas surdas e os direitos educacionais garantidos a essas pessoas ao longo do tempo. Ainda na mesma seção, debatemos sobre a Língua de Sinais Brasileira em específico e, por fim, sobre a diferença entre língua e linguagem. Na seção nº 6, apresentamos a metodologia utilizada e na seção seguinte fazemos a análise e discussão dos dados obtidos. A seção final traz as conclusões desse trabalho.



## 2 JUSTIFICATIVA

Os estudos referentes à Língua de Sinais Brasileira (Libras) e os direitos educacionais das pessoas surdas têm se difundido consideravelmente nos últimos anos. O Estado<sup>1</sup> têm criado políticas inclusivas que garantem uma educação especializada e de qualidade a essas pessoas. A presente monografia tem por intuito fazer uma análise dessas políticas de difusão e ensino da Libras, ponderando para o que acontece na prática nas aulas de Língua Portuguesa em escolas estaduais do Ceará.

A motivação para criação desta proposta advém das experiências diante das disciplinas de Políticas Linguísticas e Libras cursadas durante a graduação, as quais despertaram o desejo de aprofundamento na temática, visando contribuir nos estudos sobre a educação de surdos, sobretudo no Ceará. Diante disso, surgem diversos questionamentos: Quais as Políticas Linguísticas voltadas para o ensino de Libras? Até que ponto as Políticas Linguísticas a que nos referimos estão sendo postas em prática? Será que tais políticas conseguem abranger toda a população surda ou apenas parte dela? Existem profissionais formados que atendam a demanda exigida no atendimento especializado dos surdos? Quais as dificuldades encontradas nesse processo de ensino/aprendizagem?

É a partir desses questionamentos e da busca de respostas para essas e outras questões que essa pesquisa se faz importante, visto que por meio desta poderemos ampliar o campo de conhecimento sobre a temática, especialmente sobre o estado do Ceará, que é nosso campo de pesquisa.

A pesquisa propõe uma reflexão não somente sobre as políticas linguísticas existentes, mas também sobre a concretização destas na prática. Segundo o site<sup>2</sup> da Secretária de Educação do Ceará (SEDUC), o Ceará dispõe de um atendimento especializado através do Centro de Referência em Educação e Atendimento Especializado do Ceará (CREAECE) para as pessoas com algum tipo de deficiência, que contempla todas as séries da educação básica, que vai da educação infantil ao ensino médio, tendo três pilares fundamentais: atendimento educacional

---

<sup>1</sup> **Estado**, é uma forma organizacional cujo significado é de natureza política. É uma entidade com poder soberano para governar um povo dentro de uma área territorial delimitada. As funções tradicionais do Estado englobam três domínios: **Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário**. Numa nação, o Estado desempenha funções políticas, sociais e econômicas. Fonte: <https://www.significados.com.br/estado/>

especializado; a formação continuada e a produção de material didático/pedagógico, produzidos por profissionais dos quais podemos citar no caso da Libras, o produtor, o instrutor e o intérprete da Libras.

Segundo dados de 2014 da CREAECCE, disponíveis no site da SEDUC, o atendimento especializado atende a escolas de 7 credes<sup>3</sup> do Ceará, mais a SEFOR<sup>4</sup>, somando um total de pelo menos 486 alunos da rede estadual e municipal com algum tipo de deficiência. A partir dessa primeira pesquisa exploratória, uma das intenções é focar especificadamente nos alunos surdos, produzindo um olhar para a prática do ensino de Libras ancorado nas políticas linguísticas existentes.

Pesquisas recentes de diversos estudiosos têm alavancado a temática da educação de surdos e das políticas linguísticas que tratam dos direitos dos surdos de terem e serem educados em sua própria língua. Podemos citar alguns trabalhos, tais como: (GESSER, 2009, 2012); (SACKS, 2010); (ALBRES, 2016); (SOUSA e AFONSO, 2016); (STÜRMER e THOMA, 2015); (QUADROS, 2005); (SILVEIRA, 2015), entre outros, que têm apontado para a importância da chamada educação inclusiva na constituição do sujeito surdo, a partir de discussões que envolvem os processos de atendimento especializado, produção de material didático e transposição didática para esse público. Isso mostra que os pesquisadores têm investido tempo e dedicação ao aprofundamento dos direitos educacionais das pessoas surdas e as contribuições desses direitos para as questões linguísticas, culturais e identitárias dos sujeitos surdos.

Desse modo, destaca-se a importância que a temática vem assumindo nas últimas décadas. Apesar disso, após esse pequeno levantamento de produções realizadas, verificamos que tais pesquisas são, sobretudo, de âmbito nacional e pouco mencionam reflexões sobre a práticas das políticas linguísticas implementadas pelo Estado. Dito isso, entende-se a necessidade de um estudo delimitado sobre o estado do Ceará, um dos três estados brasileiros apontados pela cartilha do Censo 2010<sup>5</sup> com maior porcentagem da população que possui algum tipo de deficiência (27,69%), incluindo a surdez. Além disso, o Ceará é um dos

---

<sup>2</sup> <https://www.seduc.ce.gov.br/index.php/210-desenvolvimento-da-escola/diversidade-e-inclusao-educacional/creaece/11300-creaece>

<sup>3</sup> Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE).

<sup>4</sup> Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza (SEFOR).

<sup>5</sup> Publicada em 2012. Disponível em:

<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>

estados situados na região Nordeste do país, região com o maior índice de pessoas deficientes (26,63%). Dessa forma, justifica-se a realização desta pesquisa com o desejo de alargar os estudos sobre educação de surdos no Ceará, que contemplará um corpus delimitado das escolas estaduais da 8ª CREDE, que contam com a presença de intérpretes de Libras, sendo um total de 3 escolas, segundo dados fornecidos pela SEDUC.

### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 Objetivo Geral**

- Analisar como as políticas linguísticas voltadas para a Libras são postas em prática nas aulas de língua portuguesa em escolas estaduais do Ceará.

#### **3.2 Objetivos Específicos**

- Identificar quais são as políticas linguísticas existentes para a Libras;
- Analisar como ocorrem as aulas de língua portuguesa nessas escolas que possuem alunos surdos e/ou deficientes auditivos;
- Comparar e descrever o que está no papel e o que acontece na prática, buscando refletir sobre a realidade das políticas linguísticas voltadas para a Libras no ensino educacional do estado.

## **4 POLÍTICAS LINGUÍSTICAS**

O referencial teórico utilizado para esse trabalho consiste inicialmente em definir o termo política linguística, visto que este é um dos focos da pesquisa. Nesse sentido, torna-se base para a abordagem pretendida. Nessa perspectiva, trazemos os estudos de Calvet (2007), na obra *As Políticas Linguísticas*, na qual o autor trata das origens da política linguística, bem como suas primeiras aplicações. Nessa obra, Calvet traz junto do conceito de política linguística o conceito de planejamento linguístico, que nada mais é que a implementação/aplicação das políticas linguísticas, sendo, portanto, dois termos inseparáveis.

A partir de Oliveira (2013; 2016), podemos distinguir as políticas linguísticas em duas distintas instâncias que, por vezes, se complementam, além de discutir sobre a invisibilidade das políticas linguísticas, enquanto políticas que visam a igualdade de direitos, sendo por vezes camufladas em decisões técnicas de linguistas dentro das políticas públicas.

É a partir do entendimento do que é, para que serve e como são aplicadas as políticas linguísticas, que conseguiremos adquirir aporte teórico para buscar entender as políticas linguísticas voltadas para a Libras e analisar como estas estão sendo aplicadas.

No tópico a seguir, discutiremos de forma ampla um pouco da história das políticas linguísticas, bem como suas primeiras aplicações, ancorado nos estudos de Calvet (2007) e Oliveira (2013; 2016), dois dos grandes nomes de estudiosos dessa área.

### **4.1 História das Políticas Linguísticas**

O termo Política Linguística nasce da necessidade de compreender que não existe uma língua única no país, ou seja, da aceitação de que existe uma realidade plurilíngue. No Brasil, as políticas linguísticas só começaram a ser estudadas a partir da segunda metade do século XX, essa retardação se deu porque havia a concepção de que todos os habitantes do nosso país conseguiam se entender, que todos seriam falantes do português e que não existiria outras línguas, uma visão instaurada desde o período da colonização brasileira.

De acordo com Calvet (2007), embora a política linguística e o planejamento linguístico<sup>6</sup> sejam conceitos que surgiram recentemente, há de se ressaltar que:

A intervenção humana na língua ou nas situações linguísticas não é novidade: sempre houve indivíduos tentando legislar, ditar o uso correto ou intervir na forma da língua. De igual modo, o poder político sempre privilegiou essa ou aquela língua ou mesmo impor à maioria a língua de uma minoria. (CALVET, 2007. P.11)

Dito isso, podemos dizer que a questão das línguas sempre estivera atrelada a um poder político. Calvet, conceitua políticas linguísticas como sendo uma “determinação das grandes decisões referentes às relações entre línguas e a sociedade” p.11, em outras palavras, trata-se da língua em que o Estado funcionará para se conectar com os indivíduos dessa sociedade. O planejamento linguístico, seria, nessa perspectiva “sua implementação”, ou seja, a transformação da política linguística em realidade meio a sociedade. Segundo o mesmo autor, esses conceitos seriam inseparáveis, visto que sem o planejamento linguístico não é possível existir a política linguística e vice-versa, sendo, portanto, um binômio.

Inicialmente a Política Linguística teria “nascido como resposta aos problemas dos países em via de desenvolvimento ou das minorias linguísticas” (Calvet, 2007 p.18-19), no entanto, anos mais tarde mediante problemas linguísticos surgidos no Québec, Estados Unidos e Europa, percebeu-se que a política linguística, bem como o planejamento linguístico não estariam “vinculados somente ao desenvolvimento ou à situações pós-coloniais”, estas estariam ligadas a problemas de identidade, cultura, economia e desenvolvimento, problemas estes que nenhum país está isento. (Calvet, 2007 p.19).

De acordo com Oliveira (2016), tratando-se de políticas linguísticas é preciso distingui-la entre dois aspectos: “as instâncias que fazem políticas linguísticas e as que tradicionalmente estudam as políticas linguísticas (p. 382)”, segundo ele, tratam-se de duas atividades bastante distintas, mas que às vezes vão de encontro a outra. Nesse sentido Oliveira entende políticas linguísticas como sendo uma “área das políticas públicas, concebidas e executadas por instituições que têm ingerência na sociedade, como os Estados, os governos, as igrejas, as empresas, as ONGs e associações, e até as famílias (p. 382)”. Sabendo que a política linguística diz

---

<sup>6</sup> Surgido pela primeira vez em 1959, o sintagma *language planning*, apareceu no trabalho de Einar Haugen, no qual o autor tratou dos problemas linguísticos da Noruega, sobretudo através da

respeito as relações entre língua e sociedade, o autor afirma que por vezes as políticas linguísticas são embutidas em outras políticas, de modo que não são identificadas num primeiro momento, visto que “as línguas e os seus usos estão conectados a todo agir social do homem”, portanto uma política voltada para qualquer área da sociedade poderá implicar em uma intervenção sobre a(s) língua(s) desta sociedade. Já na perspectiva da Política linguística como área acadêmica, o autor afirma que segundo a CAPES, esta é uma “área da linguística, dentro da sub-área de sociolinguística ou de linguística aplicada (...)” (p.384).

Gilvan Müller de Oliveira reflete sobre as políticas linguísticas no sentido de que elas possibilitam “uma conexão entre as línguas e todo o resto do universo humano, seus interesses, suas necessidades, suas visões de futuro (p.386)”. Dito isso, construir políticas linguísticas visando a intervenção sobre as línguas, é “participar da construção do futuro das sociedades”, visando um mundo mais justo no campo das línguas e de seus respectivos usos.

Em um outro trabalho intitulado “Políticas linguísticas como políticas públicas”, Oliveira (2013), reflete sobre a invisibilidade das políticas linguísticas, que segundo ele se dá por meio de dois fatores: o primeiro diz respeito “à naturalização das questões linguísticas”, na qual, vivemos dentro de uma língua que assim como o ar que respiramos, só é percebida quando nos falta. O segundo fator é relativo ao modo de como as políticas linguísticas “aparecem diluídas dentro de políticas culturais, educacionais, políticas de inclusão ou de exclusão, não aparecem em estado ‘puro’, embora estejam necessariamente presentes na maioria das políticas educacionais e culturais”. Dito isso, essa invisibilidade se dá pelo fato de que as políticas linguísticas não são vistas como políticas, mas sim como decisões técnicas tomadas por linguistas, ao invés de aparecerem como decisões entre possibilidades diferentes (OLIVEIRA, 2013, p.1-2).

No tópico seguinte, veremos a relação entre as políticas linguísticas e as comunidades surdas, com o propósito de dá ponto de partida para entendermos e refletirmos sobre as conquistas e direitos garantidos através da luta dessas pessoas, tais abordagens se baseiam nas contribuições de Lagares (2018) e Bagno (2011).

---

intervenção normativa do Estado, que tinha por objetivo criar uma nova identidade nacional após séculos sendo dominada pela Dinamarca. (Calvet, 2007).

## 4.2 Políticas Linguísticas e comunidades surdas

Como visto na sessão anterior, as políticas linguísticas são determinações tomadas pelo Estado para difundir uma língua. No Brasil, a Constituição Federal de 1988, em seu 13º artigo declara a Língua Portuguesa como sendo o idioma oficial do país, ou seja, a partir de então todos os documentos seriam escritos em Língua Portuguesa, bem como seria obrigatório o uso desta como meio de ensino regular na educação. Mas, e as outras línguas existentes no país? Nesse quesito, as comunidades indígenas tiveram o direito garantido de usarem também como forma de educação, suas línguas maternas, de forma que pudessem ter processos próprios de aprendizagem, embora a língua portuguesa também tivesse de ser usada nesses processos, conforme o art.210 - § 2º que diz: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem (BRASIL, 2016. p.124)”. Desse ponto de vista constitucional, as línguas utilizadas pelas comunidades surdas e pelas comunidades de povos imigrantes não foram consideradas, a não ser por, como indica Savedra (2004) e Savedra e Lagares (2012) *apud* Lagares (2018), p.77:

(...) artigos referentes ao reconhecimento da diversidade cultural brasileira que se pode identificar um tímido compromisso do Estado com as realidades linguísticas coexistentes em seu território, embora esses compromissos não tenham dado lugar a desenvolvimentos políticos concretos na legislação federal. (LAGARES, 2018. p.77)

O mesmo autor vai dizer que a única exceção no caso de desenvolvimentos políticos concretos na legislação, está presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, (LDB, 1996) que reconhece o ensino bilíngue e intercultural.

Trazendo para a realidade da comunidade surda, sabemos que estas, se comunicam através da Língua de Sinais Brasileira (Libras), que só veio a ser reconhecida no ano de 2002, pela lei nº 10.436. Lagares (2018), faz uma crítica interessante em relação a essa lei, visto que a Libras no texto original da lei é reconhecida como “meio legal de comunicação e expressão” e percebe a ausência do termo “língua oficial”, trazendo no texto apenas uma “definição estruturalista de língua”. Para o autor, a forma como a Libras vem definida na lei, talvez surja do



preconceito enraizado na sociedade que se tem da língua de sinais, por não ser uma língua veiculada através da fala oral:

A necessidade de definir a Libras como “sistema linguístico” (duas vezes no mesmo enunciado, de forma redundante e com uma sintaxe truncada) com “estrutura gramatical própria”, surge, talvez, do preconceito que pesa sobre as língua visuais, muitas vezes, socialmente percebidas como suportes gestuais de alguma língua oral (LAGARES, 2018. p.78).

De todo modo, a lei 10.436/02 foi um grande avanço para as comunidades surdas e para o reconhecimento da Libras, através desta, o Estado se compromete em criar formas de institucionalização e apoio ao uso e difusão da Língua de Sinais Brasileira. Além disso, garante a inclusão da Libras como disciplina obrigatória em determinados cursos de nível superior, como vemos nos artigos 2º e 4º da lei:

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente (BRASIL LIBRAS, 2002).

Dessa forma, a comunidade surda tem direito ao acesso a sua língua materna, reconhecendo que o Brasil não é um país monolíngue. Direito garantido através das lutas dos surdos, o qual Lagares (2018) nomeia como um tipo de “ativismo linguístico”, ou seja, “as pequenas minorias nacionais que procuram construir sua língua de acordo com o paradigma da identificação entre língua-nação-Estado, reivindicando sua oficialização e promovendo sua codificação (p.218)”.

Bagno (2011), também faz uma afirmação parecida quando diz que “as línguas sempre têm sido bandeiras debaixo das quais grupos específicos se reúnem para defender ou reivindicar seus direitos (p.356)”, ao mesmo tempo o autor afirma que a(s) língua(s) também são “bandeiras que os Estados constituídos desfraldam para exercer suas políticas de controle social, seja pela repressão de outras línguas, seja pela promoção da língua eleita como oficial, ou ambas as coisas”. Com essa assertiva, podemos fazer uma relação entre a Libras e a Língua Portuguesa, que

apesar de as duas serem reconhecidas oficialmente e sendo estas independentes e com estruturas próprias, a língua portuguesa continua impondo poder sobre a Libras, haja vista o parágrafo único do artigo 4º da lei da Libras que diz: “A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa”, o que temos, portanto, o que Lagares (2018) chama de “*bilinguismo desigual* para a comunidade surda, neste caso, na modalidade escrita da língua portuguesa (p.78)”.

Na seção seguinte, trabalharemos o conceito de surdez e as concepções empregadas para esse termo, assim como um estudo relacionado a comunidade surda; um pouco da história das pessoas surdas em sociedade na luta por direitos; a distinção entre Língua e Linguagem; a legislação brasileira referente aos direitos das pessoas surdas e a Libras. Tais abordagens serão ancoradas nos estudos de Gesser (2009; 2012); Sacks (2010); Carmozine & Noronha (2012); Bagno (2011) e Guarinello (2007).

## 5 EDUCAÇÃO DOS SURDOS

As contribuições de Gesser (2009) são de suma relevância para a realização dessa pesquisa, pois através de seu trabalho é possível entender o mundo das pessoas surdas, para muitos ainda desconhecido e complexo, também é possível desmistificar diversos preconceitos e dúvidas dos ouvintes a respeito dos surdos. A autora traz ponderações pertinentes sobre a legitimidade da Língua de Sinais utilizada na comunicação entre os surdos, segundo ela, a legitimidade da Língua de Sinais, assim como a marca linguística, conferem ao surdo um distanciamento e uma espécie de libertação da deficiência patológica (GESSER, 2009. p.09). Nesse contexto, os estudos de Gesser nos norteiam sobre muitos aspectos da Surdez, visto que se faz necessário um aprofundamento em questões ainda tão pertinentes de preconceito sobre estes seres.

Sacks (2010) aponta para a necessidade de ver a surdez “sob uma luz nova, “étnica”, como um povo, com uma língua distinta, com sensibilidade e cultura próprias (p.10)”, mas sem esquecer a condição médica de tais pessoas. A obra *Vendo vozes: Uma viagem ao mundo dos surdos*, de Oliver Sacks, é relativamente importante, pois o autor traz um relato de experiência impressionante de como tomou conhecimento da situação dos surdos, especialmente no campo da linguagem, ponto que muito nos interessa nesse contexto. Nesse viés, Sacks afirma que:

O estudo dos surdos mostra-nos que boa parte do que é distintivamente humano em nós — nossas capacidades de linguagem, pensamento, comunicação e cultura — não se desenvolve de maneira automática, não se compõe apenas de funções biológicas, mas também tem origem social e histórica; essas capacidades são um *presente* — o mais maravilhoso dos presentes — de uma geração para a outra. Percebemos que a cultura é tão importante quanto a natureza. (SACKS, 2010)

Com a afirmação supracitada, podemos entender que a cultura de cada povo define quem somos, como devemos agir sobre si, sobre os outros e sobre o mundo a nossa volta e nossas capacidades linguísticas se desenvolvem não apenas de forma biológica, mas também através do nosso convívio em sociedade e a história por traz de quem somos e de onde viemos. Dito isso, os surdos também possuem

várias culturas<sup>7</sup> e uma linguagem própria que lhe pertencem e os identificam enquanto cidadãos e perpassam pelo processo da educação dos surdos.

Por fim, Guarinello (2007) nos dá suporte teórico em relação a história dos surdos em sociedade, bem como a luta para a garantia de direitos em âmbito educacional e por meio de Carmozine & Noronha (2010), entenderemos sobre os diversos graus de surdez definidos pela medicina, além de complementar as discussões sobre a Língua Brasileira de Sinais e a Lei 10.436/02 que reconhece a Libras como segunda língua oficial do país.

### 5.1 Concepções de Surdez

O conceito de surdez atualmente é discutido sobre dois aspectos, primeiramente sobre a perspectiva da ciência, uma concepção patológica que considera a surdez como uma deficiência física que necessita de procedimentos médicos para que o indivíduo possa ser considerado “normal”, e na perspectiva do próprio surdo que têm a surdez não como deficiência, mas como uma condição natural de sua existência. Padden & Humphries (1988) *apud* Gesser (2009) afirmam que:

A deficiência é uma marca que historicamente não tem pertencido aos surdos. Essa marca sugere autorrepresentações, políticas e objetivos não familiares ao grupo. Quando os surdos discutem sua surdez, usam termos profundamente relacionados com sua língua, seu passado, e sua comunidade. (Padden & Humphries *apud* Gesser 2009 p.46)

Nesse sentido seria um insulto do ponto de vista das pessoas surdas, se referir a elas como pessoas deficientes. Para os surdos a língua de sinais corresponde a sua voz e seus olhos correspondem a seus ouvidos, portanto, a surdez vista como uma deficiência patológica é uma visão errônea das pessoas ouvintes. Gesser (2009) traz uma colocação interessante sobre esse assunto, quando afirma que essa visão patológica da surdez, é um discurso aceito pela maioria das pessoas, “todavia, os surdos e ouvintes que usam e valorizam a língua de sinais assumem uma postura positiva diante da surdez” (p.63).

Para Sacks (2010), “o termo “surdo” é vago, ou melhor, é tão abrangente que nos impede de levar em conta os graus de surdez imensamente variados, graus que

---

<sup>7</sup> A respeito das diferentes culturas e identidades surdas, consultar: PERLIN, Gladis. (2001; 2006). Disponíveis em: <https://sites.google.com/site/pesquisassobresurdez/gladis-perlin>

têm uma importância qualitativa e mesmo ‘existencial’ (p.17)”. Os estudos sobre a surdez e a perda auditiva no âmbito da ciência são relevantes porque através deles podemos entender como se dá a perda auditiva, assim como diferenciar os diversos níveis de surdez, visto que o ser humano pode nascer surdo ou adquirir a surdez após o nascimento ou mesmo na vida adulta. Segundo Groce (1985: 22) *apud* Gesser (2009 p.71-72) há “aproximadamente 70 tipos de surdez hereditária; mais ou menos 50% delas estão associadas com outras anormalidades”, nas quais estão dentre as causas conaturais “o contato do embrião ou feto com os vírus da rubéola, sífilis, toxoplasmose, citomegalovírus e herpes” (Gesser, 2009 p.72). Os graus de surdez são distinguidos pelos níveis limiares de dB<sup>8</sup>, que classificaram a surdez em graus de severidade podendo ser leve (entre 25 e 40 dB), moderada (entre 41 e 70 dB), severa (entre 71 e 90 dB) ou profunda (acima de 90 dB). De acordo com Carmozine & Noronha (2012), os “indivíduos com níveis de perda auditiva leve e moderada são mais frequentemente chamados de pessoa com déficit auditivo, enquanto os indivíduos com níveis de perda auditiva severa e profunda são chamados surdos” (p.28). Desse modo, é possível caracterizar as diferenças entre ouvinte<sup>9</sup>, pessoas com déficit auditivo e surdez.

Fundamentado em Gesser (2009), a autora aponta que as práticas discursivas sobre a surdez deixaram de ser exclusivas da área da medicina e da fonoaudiologia, e passam agora a ser amplamente discutidas em outras áreas, tais como a da educação, da linguística, da antropologia e da sociologia. Tal visão de que a surdez é um problema está ligada a concepção humana de não aceitar aquilo que é “diferente” de si, dito isso, “a surdez é muito mais um problema para o ouvinte do que para o próprio surdo” (p.64).

No tópico a seguir, trazemos uma abordagem referente a história dos surdos em sociedade, bem como a busca por direitos de ser e está em sociedade de forma igualitária, a busca por direito de serem educados, de serem reconhecidos como pessoas independentes e de terem sua língua materna reconhecida como meio legal de comunicação.

---

<sup>8</sup> dB é uma unidade logarítmica que indica a proporção de uma quantidade física (nesse caso a intensidade do som) em relação a um nível de referência especificado ou implícito.

<sup>9</sup> Para ser considerado uma pessoa ouvinte com audição normal, os níveis limiares em dB devem ser entre 0 e 25 dB. (CARMOZINE & NORONHA, 2012).

## 5.2 História da Educação dos Surdos

É impossível falar de surdez sem relatar um pouco sobre a história das pessoas surdas em sociedade na luta por direitos. Apesar de a educação de surdos ser um tema bastante atual e que só está ganhando visibilidade nas últimas décadas devido ao aumento da demanda de pessoas com surdez no sistema educacional e através das publicações de diversos estudiosos engajados nessa área, é preciso lembrar que desde sempre a sociedade deu ao surdo uma atenção desigual em relação aos ouvintes. Desse modo, faremos aqui um breve relato histórico de como o sujeito surdo era visto no decorrer do tempo, atentando para a trajetória na educação destes sujeitos.

De acordo com Guarinello (2007), “até o século XV, as ideias vigentes sobre os surdos e a surdez tinham conotações bastante negativas (p.19)”. Desde a antiguidade os surdos são tratados como pessoas inferiores, as quais teriam sido castigadas pelos deuses, e com isso eram tratados como abominações humanas ou eram escravizados. Conforme Sacks (2010. p.20), os natissurdos<sup>10</sup> “foram julgados ‘estúpidos’ por milhares de anos e considerados ‘incapazes’ pela lei, ignorante – incapazes para herdar bens, contrair matrimônio, receber instrução, ter um trabalho adequadamente estimulante – e que lhe foram negados direitos humanos fundamentais”.

Em Roma, os surdos que não falavam, não tinham direitos legais. Segundo afirma Guarinello (2007, p.20), estes precisavam sempre de um curador para seus negócios, além de serem impossibilitados de fazerem testamento ou receberem qualquer herança.

Ainda de acordo com Guarinello (2007, p.20), “a primeira alusão à possibilidade de instruir os surdos por meio da língua de sinais e da linguagem oral foi feita por Bartolo della Marca d’Ancona, escritor do século XIV”. Esse seria o pontapé inicial para o reconhecimento que os surdos poderiam adquirir a linguagem e tomar decisões próprias.

Já no século XVI, Girolamo Cardano – um médico italiano – aprofundou-se no estudo do ouvido, do nariz e do cérebro, chegando à conclusão de que os surdos poderiam ser ensinados e tal motivação se deu porque o médico tinha um filho

---

<sup>10</sup> Também conhecidos como pré-linguísticos, trata-se das pessoas que adquiriram a surdez antes de desenvolver a linguagem oral.

surdo. Ainda no século XVI, um monge beneditino chamado Pedro Ponce de León, foi considerado o primeiro professor de pessoas surdas da história. Guarinello (2007, p.21) afirma que os alunos do monge espanhol, “eram ensinados a falar, escrever, ler, fazer contas, orar, e confessar-se pelas palavras, a fim de ser reconhecidos como pessoas nos termos da lei e herdar os títulos e as propriedades das famílias, já que os mudos não tinham esse direito”, dessa forma, destaca-se que esse tipo de educação era destinado preferencialmente para as crianças surdas de famílias nobres. Um dos métodos usados por Ponce de León era o alfabeto digital/manual, onde cada letra do alfabeto correspondia a uma configuração de mão, porém o objetivo principal do monge não era ensinar a língua de sinais, pelo contrário, seu objetivo era ensiná-los a falar a língua oral, com isso fazia uso dos “outros sentidos, como o tato e a visão, além da leitura e da escrita”. (GUARINELLO, 2007. p.21)

Posteriormente em 1620, já no século XVII, um dos sucessores de León, o espanhol Juan Pablo Bonet, interessou-se na educação de surdos, ensinando-os a falar por meio do alfabeto manual, da leitura e da gramática já utilizado por Ponce de León. De acordo com Guarinello (2007, p.22), “Bonet acreditava que primeiramente os surdos deveriam dominar a leitura, a escrita e o alfabeto digital e, depois disso, estariam prontos para falar. Ele é considerado um dos precursores do oralismo”.

No século XVIII, o interesse pela educação dos surdos foi aumentando, levando muitos estudiosos a divulgarem diversos métodos de ensino (GUARINELLO, 2007. p.23). Tais pessoas começavam a defender que a educação para surdos deveria ser oferecida de forma obrigatória. Em contra partida, ainda havia seguidores de Juan Pablo Bonet que defendia o oralismo, a exemplo disso Jacob Rodrigues Pereira, um espanhol que proibia que seus alunos fizessem uso de sinais, priorizando a fala oral e a escrita. Um fato muito importante que merece destaque nesse século foi a fundação na França da primeira escola pública para surdos do mundo, denominada Instituto Nacional para Surdos-Mudos de Paris. O instituto foi criado em 1760 pelo abade Charles Michael de L'Épée, que preocupava-se com o atendimento para as pessoas surdas que viviam nas ruas de Paris, foi com eles que o abade aprendeu a dominar a língua de sinais, criando a partir disso os “Sinais Metódicos, uma combinação da língua de sinais – que ele considerava incompleta – com a gramática da língua oral francesa e com o alfabeto digital. Ele foi o primeiro a considerar que os surdos tinham uma língua (GUARINELLO, 2017.

p.24)”. Além disso, L’Epée defendia que todos os surdos tinham direito à educação, independentemente de sua condição social.

Conforme afirma Guarinello (2007), enquanto isso, na Alemanha, Samuel Heinicke:

Propôs uma filosofia de ensino para surdos que, mais tarde, passou a ser considerada o início do que ficou conhecido como método oral. Essa metodologia utilizava-se somente da linguagem oral na educação dos surdos, uma vez que, segundo seus defensores, essa seria a situação ideal para que eles se integrassem na sociedade ouvinte. Heinicke fundou a primeira escola pública alemã para surdos baseada no método oral. (GUARINELLO, 2007. p.24)

Podemos perceber que os métodos e os objetivos de L’Epée e Heinicke, eram distintos. Tal oposição gerou o início de uma polêmica que perdura até os dias atuais: a contraposição entre o uso da língua de sinais e a tendência do método oralista. Apesar disso, o século XVIII, pode ser considerado como “o período mais fértil da educação de surdos, além do aumento de escolas, a língua de sinais passou a ser empregada por professores surdos”. (GUARINELLO, 2007. p.25) Embora os métodos oralistas tenham marcado uma história de submissão sobre as línguas de sinais, sendo a língua oral de status majoritário, já que era a língua dos ouvintes, enquanto que a língua de sinais começava a ganhar desaprovação nas escolas.

No século XIX, os métodos de aprendizagem para as pessoas surdas vão além dos educadores, profissionais de outras áreas, sobretudo da área médica e psicológica se interessam em tentar “curar” a surdez. A exemplo disso, Jean Marc Gaspard Itard – médico francês – afirma em um de seus estudos que a única forma de um surdo ser educado seria através da fala e pela restauração da audição (GUARINELLO, 2007. p.25). Com o mesmo pensamento que Heinicke, o médico francês fez diversos experimentos com crianças surdas tal qual afirma Guarinello (2007):

Itard praticou vários procedimentos médicos com os surdos, como aplicar eletricidade no ouvido de alguns alunos do Instituto de Surdos de Paris, colocar sanguessugas no pescoço dos surdos, esperando que o sangramento ajudasse de alguma forma, e se fazer cortes na tuba auditiva de outras crianças (GUARINELLO, 2007. p.25)

Com essa citação podemos perceber o quanto os surdos foram submetidos a experimentos dolorosos, e tudo isso com o propósito de fazer os Surdos falarem,



para que pudessem ser “iguais” aos ouvintes, simplesmente por não entenderem que a surdez nunca deveria ter sido vista como um impedimento. É importante salientar que todas as tentativas de Itard de curar a surdez não obtiveram sucesso, fazendo-o por fim entender que não havia cura médica para a Surdez.

Nas primeiras décadas de 1800, nos Estados Unidos, Thomas Hopkins Gallaudet foi o primeiro americano a se interessar nos estudos sobre surdez e sobre a educação das pessoas surdas. Gallaudet viajou para França para se aprofundar nessas questões, onde conheceu o método utilizado por L'Épée, conforme afirma Guarinello, (2007). Em 1817, juntamente com Laurent Clerc – instrutor surdo de Gallaudet<sup>11</sup>, fundaram a primeira escola para surdos nos Estados Unidos, onde se ensinava a Língua de Sinais Francesa que aos poucos foi sendo modificada pelos alunos até consolidarem em 1821 a American Sign Language (ASL – Língua de Sinais Americana), tal consolidação foi um passo importante para a comunidade surda americana, visto que a partir de então as escolas passaram a utiliza-la, elevando o grau de escolaridade dos surdos.

Apesar do desenvolvimento da língua de sinais, alguns estudiosos não desistiram da ideia de que os surdos poderiam falar e que a língua de sinais atrapalhava o surdo na aquisição da língua oral, um dos motivos dessa insistência se deu devido ao avanço tecnológico que investigava sobre “a existência e a extensão da audição residual dos surdos e ao uso de exercícios auditivos que facilitavam o aprendizado da fala (GUARINELLO, 2007, p.27)”, com isso o método oral começou a ganhar força novamente, enquanto que a língua de sinais voltou a ser vista como prejudicial ao Surdo, ou seja, o trabalho realizado e conquistado em um século se via ameaçado, fazendo com que em 1880 durante o Congresso Internacional de Milão, o uso da língua de sinais fosse oficialmente proibido. A partir de então, até meados de 1970 o oralismo predominou em toda a Europa, subordinando os surdos a fala oral e negando-lhes o direito a se expressarem através da língua de sinais.

Gesser (2009) aponta para outro fato sobre a história dos surdos ocorrido no século XIX, que por vezes foi apagada dos livros:

---

<sup>11</sup> Em 1894, o *National Deaf-Mute College*, uma escola para Surdos localizada em Washington, foi transformado no Gallaudet College, em homenagem a Thomas Gallaudet. Atualmente, essa escola é a Universidade Gallaudet. (Guarinello, 2007. p.27)

Há, todavia, um fato macabro e triste da história mundial, instaurado e fomentado no período pós-guerra com o discurso nazista de Adolf Hitler em busca da raça humana “pura”. Conhecemos bem essa desumanidade e perversidade histórica, mas talvez não seja de conhecimento de muitos que, além dos judeus, **os surdos também foram alvo de genocídio** (GESSER 2009. p.70). **Grifo meu**

Entre 1960 e 1970, iniciou-se um grande movimento a favor das minorias populacionais que reivindicavam sua cultura própria e denunciavam as discriminações que sofriam por parte da população majoritária, Segundo Guarinello (2007, p.30):

Esse movimento iniciou-se com as minorias étnicas, como os negros, índios e latinos, e se estendeu às pessoas com necessidades especiais; assim, os surdos puderam encontrar um caminho para que suas vozes fossem ouvidas, ou seja, para que as pessoas pudessem ouvir os gestos.

Dessa forma, as pessoas da comunidade surda passaram a reivindicar o uso de cultura e sua língua própria – a língua de sinais – como L1, ou seja, como língua materna, enquanto que a língua majoritária dos ouvintes seriam aprendidas como L2, a língua segunda, surgindo nesse período o método do bilinguismo.

Com base nas discursões apresentadas sobre a história dos surdos ao longo da história da humanidade, é perceptível o quanto de crueldades e preconceitos foram cometidos contra os surdos pelo simples fato de serem “diferentes” e como isso causou danos a estas pessoas, como aponta Gesser (2009, p.71) quando afirma que “atualmente, já se reconhece a tremenda atrocidade cometida contra os surdos no passado, que resultou no crime da privação linguística e no estigma social e psicológico que carregam, até hoje, todos os surdos na nossa sociedade”.

Após essa abordagem da educação dos surdos mundialmente, abordamos no subtópico a seguir, alguns fatos marcantes da história educacional dos surdos no Brasil.

### **5.2.1 História da Educação dos Surdos no Brasil**

De acordo com Guarinello (2007), a repercussão da educação dos Surdos no Brasil inicia-se em 1857, quando:

(...) graças aos esforços de Ernest Huet, um professor surdo francês, foi inaugurado no Rio de Janeiro o primeiro Instituto Nacional de Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Surdos (Ines). Huet utilizava a língua

de sinais e oferecia aos surdos um programa educacional (GUARINELLO, 2007. p.33-34)

Huet teria vindo ao Brasil a pedido do Imperador D. Pedro II, que em 1867 havia visitado os Estados Unidos e na ocasião teria sido convidado a conhecer o Gallaudet College e o trabalho ali realizado. Alguns anos mais tarde, em 1911, o Ines, seguindo a tendência mundial, “estabeleceu que o método oral puro seria adotado em todas as disciplinas da escola; porém, como vários alunos tiveram um baixo aproveitamento com a utilização desse método, ele passou a ser indicado às crianças que poderiam se beneficiar da fala (GUARINELLO, 2007. p.34)”.

A princípio os estados brasileiros utilizavam o método oralista, tendo como objetivo principal a integração do aluno surdo no meio da sociedade por meio da fala oral, desta forma, imaginava-se que o surdo poderia recuperar a audição através desse método. Assim como em outros países, em 1970, o método da comunicação total que é o uso concomitante da fala e dos sinais, foi inserida nas escolas brasileiras para surdos, embora esse também não seja considerado o melhor método.

Atualmente, tanto o oralismo quanto a comunicação total e o bilinguismo são utilizados nas instituições educacionais de alunos surdos, bem como nos atendimentos fonoaudiológicos em nosso país.

Após esse breve relato histórico sobre a educação dos surdos mundialmente e no Brasil, abordaremos no próximo tópico de forma mais detalhada sobre a legislação brasileira em relação a pessoa surda, de documentos mais amplos que tratam de pessoas com deficiência a documentos mais específicos referente a pessoa surda.

### **5.3 Legislação Brasileira em relação à Educação dos surdos: Leis, decretos e outros documentos importantes**

A legislação brasileira ao longo do tempo vem sendo muito importante para a visibilidade social das pessoas surdas. Inicialmente a legislação brasileira se destinava a todas as deficiências, em sua totalidade. Porém, no decorrer das últimas décadas com a luta das comunidades surdas, criou-se uma legislação específica para pessoas surdas, direitos foram e estão sendo garantidos em favor da difusão

da língua de sinais e do acesso das pessoas surdas em todos os espaços da sociedade.

No âmbito educacional, políticas linguísticas foram criadas juntas com as políticas públicas que giram em torno da educação. No quadro a seguir, veremos documentos importantes referentes à educação de pessoas com deficiência, incluindo as pessoas surdas, tais como leis, decretos, normas, portarias e outros documentos que foram criados e reformulados através das transformações sociais da pessoa surda.

#### QUADRO 01: DOCUMENTOS QUE TRATAM DE DIRETOS DE PESSOAS SURDAS

Documento	Sobre o que trata o documento
<b>Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)</b>	Estabelece o direito a instrução gratuita a todo ser humano nos graus elementares e fundamentais.
<b>Constituição Federal (1988)</b>	Relembra a importância da acessibilidade e da educação das pessoas com necessidades especiais aos meios físico, social, econômico e cultural, à saúde, <b>à educação</b> , e à informação e comunicação. Fica firmado ainda a facilitação do aprendizado da língua de sinais e a promoção da identidade linguística e cultural da comunidade surda.
<b>Lei nº 7.853/1989 (Regulamentada pelo Decreto nº 3.298, de 1999)</b>	Prevê a matrícula obrigatória em cursos regulares públicos e privados de pessoa portadora de deficiência capaz de se integrar no sistema regular de ensino, sendo crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão da deficiência.
<b>Decreto nº 914/1993 (Revogado pelo Decreto nº 3.298, de 1999)</b>	Institui a Política Nacional para a Integralização da pessoa portadora de deficiência, bem como define outras providências.
<b>Declaração Salamanca (1994)</b>	Demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional, atentando para uma educação inclusiva que se comprometa com a educação de todos.
<b>Política Nacional de Educação Especial (1994)</b>	Traz propostas de apoio à “utilização da língua brasileira de sinais (Libras), na educação de alunos surdos” e “incentivo à oficialização da Libras”. Atualmente, por meio da Política Nacional de Educação, como orientação para o encaminhamento do trabalho educacional no país, é definido como importante o ensino da Libras para crianças surdas, e o início da construção de uma proposta bilíngue.
<b>Lei nº 9.394/1996 / Lei de Diretrizes e Bases da</b>	No que se refere aos alunos com necessidades especiais, dá ênfase para aqueles com deficiência,

<p><b>Educação Nacional Alterada pela Lei nº 12.796/2013</b></p>	<p>transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Reforça o dever do Estado na garantia de atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino e define educação especial.</p>
<p><b>Portaria MEC nº 1.679/1999 (Revogada pela Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003.)</b></p>	<p>Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Assegura aos portadores de deficiência física e sensorial condições básicas de acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações. Estabelece que para uma IES ter autorização de funcionamento e/ou reconhecimento de cursos já autorizados, uma das condições a ser cumprida são as condições de acesso (concurso vestibular) e de permanência de pessoas com deficiência nos cursos superiores. Também trata dos deficientes auditivos garantindo quando necessário: intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno; flexibilidade na correção de provas escritas, valorizando o conteúdo semântico; aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita; materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade linguística dos surdos.</p>
<p><b>Decreto nº 3.298/1999</b></p>	<p>Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.</p>
<p><b>Lei nº 10.098/2000 alterada pela Lei nº 13.146/2015</b></p>	<p>Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.</p>
<p><b>Lei nº 10.172/2001</b></p>	<p>Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Traz um diagnóstico sobre a educação Especial, bem como diretrizes, objetivos e metas para essa modalidade de educação.</p>
<p><b>Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos (2001)</b></p>	<p>Visa a melhoria na educação de surdos no Ensino Fundamental. Enfoca a formação de professores ouvintes para o uso da Libras. O Programa é composto por metas: 1) organizar cursos de capacitação para profissionais da educação realizada</p>

	em Brasília, nos estados e no INES; 2) implantar o centro de apoio à capacitação dos profissionais e à educação de surdos; 3) modernizar as salas de recursos para atendimento dos surdos.
<b>Lei nº 10.436/2002</b>	Oficializa a Libras como sendo a segunda língua oficial do Brasil e estabelece condições para que as instituições de ensino passem a ser inclusiva para os surdos.
<b>Decreto nº 5.626/2005</b>	Regulamenta a lei nº 10.436/02 e obriga todas as instituições de ensino superior a adicionarem a Libras como disciplina obrigatória nos cursos de licenciatura e fonoaudiólogos.
<b>Política Nacional de Educação Especial (2008)</b>	Apresenta marcos históricos e normativos da educação especial e apresenta um diagnóstico desta. Afirma que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las e, assim, a educação inclusiva assume espaço central para a superação da lógica da exclusão.
<b>Decreto nº 7.611/2011</b>	Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e descreve as diretrizes que devem ser efetivadas como dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial, garantindo a manutenção de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às escolas especializadas, que estavam sob a iminência de extinção em função da proposta inclusiva.
<b>Lei nº 13.146/2015 Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência</b>	É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Sobre a educação, fortalece a oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas; oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação; acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas; inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento,

	bem com dá outras providências.
--	---------------------------------

Fonte: adaptado de BRASIL (1988; 1989; 1993; 1994a; 1994b; 1996; 1999; 2000; 2001a; 2001b; 2002; 2005; 2008; 2011)

O quadro acima apresenta os principais documentos em ordem cronológica dos direitos conquistados ao longo do tempo. Inicialmente tem-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>12</sup>, publicada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, trata-se de um documento que estabelece o direito a instrução gratuita a todo ser humano, subtende-se então que os surdos como humanos tem o mesmo direito a educação como todos os ouvintes, isso fica explícito no artigo XXVI da declaração abaixo citada:

**1. Todo ser humano tem direito à instrução.** A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito. **2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais.** (ONU, 1948.) **Grifos meus.**

Dessa forma, as pessoas surdas assim como as pessoas ouvintes têm o direito a educação nos graus fundamentais de forma gratuita, bem como tem o direito ao ensino técnico-profissional e superior, com fins de que todos os cidadãos tenham os direitos humanos respeitados de acordo com suas particularidades.

Outro documento importante é a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988<sup>13</sup>, trata-se de uma lei fundamental e suprema em nosso país, que serve de parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas, estando no ápice do ordenamento jurídico. No que diz respeito a educação, a constituição a traz como direito social em seu capítulo II – art. 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, p.18)”. No título III que trata da Ordem social, em seu capítulo III, seção I, trata da educação da seguinte maneira:

<sup>12</sup> Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf> Acesso em: 10/01/2019

Art. 205. **A educação, direito de todos e dever do Estado e da família**, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2016. p. 123) **Grifo meu.**

Tal artigo relembra o artigo XXVI da Declaração Universal dos Direitos Humanos, reafirmando o direito a educação à todas as pessoas. O Art. 208. da mesma seção em seu inciso III, declara o direito ao “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (p.124)”, ainda na constituição federal, temos o decreto legislativo nº 186/2008 que “aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007 (p.393)”, tal documento reconhece a importância da acessibilidade nos espaços da sociedade, bem como “à educação e à informação e comunicação, para possibilitar às pessoas com deficiência o pleno gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais (p.395)”, no artigo 2 define língua da seguinte maneira: ““Língua” abrange as línguas faladas e de sinais e outras formas de comunicação não-falada (p.396)”, dessa forma reconhece a Libras como uma língua, tanto que no artigo 21 que trata da liberdade de expressão e de opinião e acesso à informação, no parágrafo b), afirma que os Estados tomarão medidas afim de “aceitar e facilitar, em trâmites oficiais, o uso de línguas de sinais, braille, comunicação aumentativa e alternativa, e de todos os demais meios, modos e formatos acessíveis de comunicação, à escolha das pessoas com deficiência (p.404)” e em seu parágrafo e), afirma o dever do Estado de “reconhecer e promover o uso de línguas de sinais (p.404)”, já o artigo 24 é todo voltado para o direito à educação e diz:

1. Os Estados Partes **reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação**. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, **os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis**, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida (...) (BRAZIL, 2016. p.405-406) **Grifos meus.**

Além de reconhecer o direito à educação das pessoas com deficiência, o artigo 24 apresenta os objetivos e algumas decisões que os Estados Partes devem

---

<sup>13</sup> Aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte em 22 de setembro de 1988 e promulgada em 5 de outubro de 1988. Pode ser considerada a sétima ou a oitava constituição do Brasil e a sexta ou



tomar para assegurar que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional por apresentarem uma limitação, bem como assegura que “adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas (p.406)”. No que diz respeito à pessoa surda, o mesmo artigo ressalta que os Estados Partes devem tomar medidas de forma que haja:

(...) b) **facilitação do aprendizado da língua de sinais e promoção da identidade linguística da comunidade surda**; c) Garantia de que a educação de pessoas, em particular crianças cegas, surdocegas e **surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social.** (BRASIL, 2016. p.406) **Grifos meus.**

Além disso, outra medida a ser tomada é “empregar professores, inclusive professores com deficiência, habilitados para o ensino da língua de sinais e/ou do braille, e para capacitar profissionais e equipes atuantes em todos os níveis de ensino”, a fim de contribuir para o exercício desse direito.

O terceiro documento do quadro é a lei nº 7.853/1989, baseada na constituição em vigor, esta lei dispõe sobre o “apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua Integração Social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE)” e outras providências. No quesito Educação, a lei traz os seguintes destaques:

Art. 2º Ao Poder Público e seus Órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, **inclusive dos direitos à educação**, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico. (...) **I - na área da educação:** a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º Graus, a supletiva, a habilitação e a reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios; b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas; c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino (...) (BRASIL, 1989)

Mais uma vez, o direito à educação fica assegurado, desta vez sendo considerado crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão da deficiência.

Outra política de inclusão foi o decreto nº 914/1993, que em seu texto instituiu a Política Nacional para a Integralização da pessoa portadora de deficiência. Nesse decreto, em seu art.3º do capítulo I, são consideradas pessoas com deficiência:

Art. 3º Considera-se pessoa portadora de deficiência aquela que apresenta, em caráter permanente, perdas ou anormalidades de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade para o desempenho de atividade, **dentro do padrão considerado normal para o ser humano.** (BRASIL, 1993) **Grifo meu.**

Ainda que de uma visão estereotipada, esse conceito de pessoa deficiente também abrange a pessoa surda. Apesar disso, tal decreto aponta princípios, diretrizes, objetivos e instrumentos para a criação e aplicação das orientações normativas da Política Nacional para a integralização da pessoa com deficiência, com o objetivo de “assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais” dessas pessoas. Esse decreto foi revogado por outro decreto de nº 3.298/1999, que regulamenta a lei nº 7.853/1989 já apresentada acima. Nesse decreto é considerado deficiência auditiva: “II - deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz;” (Art. 4º - BRASIL, 1999).

No capítulo VII, seção II trata do acesso à educação, ficando a cargo das entidades de administração pública Federal, responsáveis pela educação, dar tratamento prioritário a questões como:

I - a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoa portadora de deficiência capazes de se integrar na rede regular de ensino;

II - a inclusão, no sistema educacional, da educação especial como modalidade de educação escolar que permeia transversalmente todos os níveis e as modalidades de ensino;

III - a inserção, no sistema educacional, das escolas ou instituições especializadas públicas e privadas;

IV - a oferta, obrigatória e gratuita, da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino (...) (BRASIL, 1999)

Já o capítulo VIII, vai tratar da Política de Capacitação de profissionais especializados, garantindo no art. 49º tratamento prioritário e adequado a formação e qualificação de professores e profissionais capacitados para atender as pessoas portadoras de deficiência, como se vê a seguir:

I - formação e qualificação de professores de nível médio e superior para a educação especial, de técnicos de nível médio e superior especializados na habilitação e reabilitação, e de instrutores e professores para a formação profissional; II - formação e qualificação profissional, nas diversas áreas de conhecimento e de recursos humanos que atendam às demandas da pessoa portadora de deficiência; (...) (BRASIL, 1999)

A década de 1990 foi marcada como um marco na legislação da educação para pessoas com deficiência, a exemplo disso houve em 1990 a Conferência Mundial de Educação para Todos, ocorrida na Tailândia e em 1994 aconteceu a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada em Salamanca – Espanha, que resultou na Declaração Salamanca, a qual abordaremos a seguir. A Declaração Salamanca, trata dos princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais e reafirma o compromisso “para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino” (SALAMANCA, 1994).

Um dos princípios que norteia a declaração Salamanca é:

(...) o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. (SALAMANCA, 1994)

Com isso, embora haja desafios, as escolas devem integrar todas as crianças e jovens na comunidade escolar, buscando formas de educar e minimizar as lacunas de exclusão e de defasagem na escolarização dessas pessoas, numa perspectiva de escola inclusiva.

A Lei nº 9.394/1996 estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). No que diz respeito a pessoas portadoras de deficiência, no art. 4º afirma ser dever do Estado garantir:

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (LDB, 1996)

Desse modo, o Capítulo V da LDB é voltado para a educação especial, entendendo-se como educação especial em seu art. 58º a modalidade de educação oferecida para pessoas portadoras de deficiência e outras habilidades na rede regular

de ensino preferencialmente. Assegurando no art. 59º: “I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades”, além de outras providências, como: “III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”. São dois pontos muito importantes na modalidade da educação especial e, com certeza, considerados como avanço no ensino das pessoas surdas.

A seguir, abordaremos questões referentes à Libras e seu reconhecimento como segunda língua oficial do Brasil, sendo, portanto, um dos maiores sucessos em termos de Políticas Linguísticas voltadas para a comunidade surda no Brasil.

#### **5.4 Libras / Lei nº 10.436/02**

Durante muito tempo, a comunidade surda veio lutando por mais igualdade de direitos na sociedade, através de movimentos sociais buscaram ser respeitados e terem o direito de usarem e se expressarem na Língua de Sinais, sua língua natural. De acordo com Sacks (2010):

Ser diferente na linguagem, para um ser humano, é uma das calamidades mais terríveis, porque é apenas por meio da língua que encontramos plenamente em nosso estado e cultura humanos, que nos comunicamos livremente com nossos semelhantes, adquirimos e compartilhamos informações. Se não pudermos fazer isso, ficaremos incapacitados e isolados, de um modo bizarro – sejam quais forem nossos desejos, esforços e capacidades inatas. E, de fato, podemos ser tão pouco capazes de realizar nossas capacidades intelectuais que pareceremos deficientes mentais.” (p.19)

Dessa forma, Sacks reflete que a língua é o fator fundamental para o desenvolvimento do ser humano na sociedade, e ser privado de sua língua faz com que o indivíduo se feche para o mundo ao seu redor pelo fato de não conseguir manter a comunicação. Gesser (2009) aponta para uma visão semelhante afirmando que:

O surdo pode e desenvolve suas habilidades cognitivas e linguísticas (se não tiver outro impedimento) ao lhe ser assegurado o uso da língua de sinais em todos os âmbitos sociais em que transita. Não é a *surdez* que compromete o desenvolvimento do surdo, e sim a falta de acesso a uma língua. A ausência dela tem consequências gravíssimas: tornar o indivíduo solitário, além de comprometer o desenvolvimento de suas capacidades

mentais. Através da língua nos constituímos plenamente como seres humanos, comunicamo-nos com nossos semelhantes, construimos nossas identidades e subjetividades, adquirimos e partilhamos informações que nos possibilitam compreender o mundo que nos cerca (...)" (p.76-77)

A Língua de Sinais Brasileira, doravante Libras, como o próprio nome já nos diz é a Língua de Sinais utilizada no Brasil para manter a comunicação com as pessoas surdas. Essa língua por muito tempo foi comparada com a mímica<sup>14</sup>, contudo, através dos movimentos sociais já citados, institui-se uma lei de reconhecimento da Libras como segunda língua oficial do Brasil, a lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que em seu Art. 1º reconhece a Libras "como meio legal de comunicação e expressão", no parágrafo único deste Art. 1º a Libras é entendida como "a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil". Sendo assim, a lei da Libras traz consigo grandes avanços para a viabilização e socialização desta língua, tornando-a mais visível e demarcando o direitos as pessoas surdas de fazerem uso de sua língua de forma a afastar o tabu da deficiência, como afirma Gesser (2009) "Tornar visível a língua desvia a concepção da surdez como deficiência – vinculada às lacunas na cognição e no pensamento – para uma concepção da surdez como diferença linguística e cultural (p. 09-10)".

Ainda sobre a lei 10.436/02, em seu artigo 4º declara que:

O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino de Língua Brasileira de Sinais – Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, conforme legislação vigente. (BRASIL, 2002)

Com o art. supracitado, entende-se o direito de uma educação que atenda às necessidades das pessoas surdas, e fica assegurada nos sistemas educacionais municipais, estaduais, federais e do Distrito Federal. Contudo, para que uma lei possa ser cumprida, a mesma deve ser regulamentada por meio de um decreto. No caso da Libras, o decreto que regulariza a lei 10.436/02, só veio a ser publicado três anos após a promulgação da lei. Em 22 de dezembro de 2005, o decreto de nº 5.626 foi publicado, este por sua vez, não só regularizou a lei da Libras, como também

---

<sup>14</sup> Maneira de expressar o pensamento por meio de gestos, expressões corporais e fisionômicas.

introduziu a Língua Brasileira de Sinais como uma disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores, em todas as licenciaturas nos sistemas públicos e privados. Além disso, o mesmo decreto prevê a presença de um intérprete de Libras nos vários espaços e contextos da sociedade, permitindo e garantindo que os sujeitos surdos tenham acesso não só a educação, mas também a saúde, a informação e a comunicação.

No tópico a seguir, faremos a distinção entre língua e linguagem, dois termos que se relacionam, mas que possuem significados diferentes quando analisados.

### **5.5 Língua x Linguagem**

É perceptível a grande confusão que as pessoas fazem ao tratar a língua de sinais como uma linguagem utilizada pelos surdos para se comunicarem. É preciso saber diferenciar língua de linguagem e atentar para suas distinções, principalmente quando estamos tratando da Libras e de Surdos.

A linguagem pode ser definida como sendo a capacidade inata que o homem possui de se manifestar diante de seu povo, seja na dança, na pintura, na música, nas gírias, em outras palavras, trata-se da habilidade humana de criar, produzir e aprimorar tais manifestações. Segundo Carmozine & Noronha (2012), a comunicação através da linguagem ocorre quando o lado direito do hemisfério cerebral é ativado, visto que ele é “responsável pela melodia, noção espacial, intuição, noção da realidade, da unidade e da contextualização. A linguagem é universal e abstrata. Até um sorriso ou um aceno de mão fazem parte dessa comunicação (p.39)”.

Já a língua pode ser definida basicamente por um conjunto de sons e gestos/sinais que assumem a função de comunicação, tais elementos apresentam padrões linguísticos, com regras gramaticais, são organizados e possuem uma estrutura que varia conforme o idioma falado, ou seja, a língua é construída em sociedade e cada uma cria seu próprio sistema de comunicação. Camozine & Noronha (2012), afirmam que “o hemisfério cerebral responsável por esse reconhecimento é o esquerdo, que também tem por função a noção de tempo, a lógica, o raciocínio dedutivo, a compreensão das palavras e o reconhecimento das regras linguísticas (p.40)”.

Para Bagno (2011), língua e linguagem estão interligadas, mas são distintas, segundo ele:

Há razões para se acreditar que a linguagem humana é um dado biológico, é uma das faculdades do nosso cérebro e, portanto, pertenceria ao reino de natureza. Mas também é incontestável que as línguas são o elemento mais importante de uma cultura, de uma sociedade (BAGNO, Marcos. 2011 p. 356)

A Libras e todas as outras Língua de Sinais no mundo utilizadas pelos surdos devem ser consideradas como Língua, visto que cada uma possui sinais acompanhados de regras gramaticais, ou seja, não são apenas mímicas e/ou gestos aleatórios. Dessa forma, é direito do surdo ter a sua língua respeitada e aceita na sociedade, quebrando o tabu de que a Libras é uma linguagem ao invés de uma Língua independente e com estrutura gramatical própria, deve-se entender que a única diferença da língua oral, é que na Libras a percepção é visual-espacial, ao invés de audiovisual.

## 6 METODOLOGIA

Quanto às técnicas de pesquisa, a primeira fase constituiu-se de documentação indireta, a partir de pesquisa bibliográfica sobre a temática, e pesquisa documental, a fim de fazer um levantamento de leis, decretos, resoluções e outros documentos oficiais que trazem consigo políticas linguísticas voltadas para a comunidade surda; a Libras e seu ensino. Conforme Marconi e Lakatos (2003), tais pesquisas caracterizam-se, respectivamente, por apresentarem dados secundários, através de livros, revistas, teses, artigos e outros que possuem autoria reconhecida, tendo por finalidade a aproximação do pesquisador com a temática que pretende pesquisar; e por apresentarem fontes primárias na coleta de dados, restringindo-se a documentos, escritos ou não, tais como documentos de arquivos públicos, publicações parlamentares e administrativas, estatísticas (censo) e outros.

Em relação à abordagem adotada, é uma pesquisa qualitativa<sup>15</sup>, porque através desta buscou-se compreender como ocorre o ensino de Libras na educação das pessoas surdas, assim como verificar se esse ensino está sendo contemplado devidamente como dizem os documentos oficiais que regem a educação dessas pessoas. Desta forma, a amostra dos dados serviu para produzir informações que ilustram a situação do ensino de Libras, especialmente nas aulas de Língua Portuguesa de três escolas estaduais do Ceará. No que diz respeito aos objetivos, a pesquisa é descritiva<sup>16</sup>, pois descrevemos a partir das aulas observadas as características, fatos e fenômenos observados da realidade do ensino de Libras.

Analisamos através de um corpus, as escolas estaduais do Ceará com enfoque nas que possuem alunos surdos e profissionais especializados em Libras destinados a fazerem o acompanhamento das pessoas surdas no processo de ensino/aprendizado. Desse modo, no viés de uma pesquisa de campo, visitamos 03 escolas da rede estadual de ensino, estando estas escolas situadas na CREDE 08, tais escolas, segundo a CREDE, contemplam 100% das escolas que possuem intérprete na CREDE 08. A primeira foi a Escola de Ensino Médio Almir Pinto (Escola 01), localizada na cidade de Aracoíaba/CE, contendo uma aluna surda cursando o

---

<sup>15</sup> “Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, (...), (p.32)”. Fonte: GERHARDT, Tatiana E. & SILVEIRA, Denise T. **Métodos de Pesquisa** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.

<sup>16</sup> “A pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade



terceiro ano, que conta com a presença de uma intérprete. A segunda escola visitada foi a Escola de Ensino Médio Liceu de Baturité Domingos Sávio (Escola 02), localizada na cidade de Baturité/CE, contendo três alunos surdos, sendo uma aluna no primeiro ano e dois alunos no segundo ano, contando com a presença de dois intérpretes. A terceira e última escola foi a Escola de Ensino Médio Dr. Brunilo Jacó (Escola 03), localizada na cidade de Redenção/CE, nesta não se tem alunos surdos matriculados, desta forma o levantamento de dados se deu apenas por meio das entrevistas com os professores de Língua Portuguesa e Redação, bem como com a intérprete, tais profissionais acompanharam a trajetória de uma aluna que concluiu o ensino médio no ano anterior (2018).

Além da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental, usamos como técnica para coleta de dados a observação não-participante<sup>17</sup> de aulas de Língua Portuguesa e Redação que contemplassem a presença de alunos surdos e o ensino de Libras, como forma de termos um contato mais próximo com o objeto da pesquisa, bem como a aplicação de entrevista com professores de Língua Portuguesa e Redação e com os intérpretes - profissionais dedicados a esse processo de ensino/aprendizagem, objetivando o levantamento de suas opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, e dificuldades diante das situações vivenciadas no ensino de Libras.

Para a análise e interpretação dos dados coletados, usamos como técnica a análise do conteúdo e a análise do discurso, conforme Marconi e Lakatos (2003). Na primeira, a análise do conteúdo, inicialmente foi feita a leitura dos questionários, levando em consideração os diversos fatores que motivaram as respostas para a temática apresentada, tais como contexto cultural e o processo de produção, o que nos permitiu ponderar sobre o significados das falas presentes na coleta de dados. Já na análise do discurso, refletimos sobre o contexto de produção das respostas, buscando analisar os efeitos de sentidos produzidos nas respostas. A partir da análise dos questionários e observação das aulas, discutimos sobre o que de fato está ou não sendo concretizado quanto ao ensino de Libras nas escolas com base na pesquisa documental realizada durante a pesquisa.

---

(TRIVIÑOS, 1987), (p.35)". Fonte: GERHARDT, Tatiana E. & SILVEIRA, Denise T. **Métodos de Pesquisa** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.

<sup>17</sup> "Na observação não-participante, o pesquisador toma contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas sem integrar-se a ela: permanece de fora (p.192)". Fonte: LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

## 7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

### 7.1 Sobre as aulas observadas

Com o objetivo de examinar fatos e fenômenos do ensino de Libras nas escolas estaduais, foram observadas aulas nas escolas 1 e 2, sendo que na escola 3 não foi observada nenhuma aula pelo fato de a escola não possuir alunos surdos matriculados neste ano letivo. Desse modo, a visita na referida escola justifica-se por meio da presença de uma intérprete. Nesse sentido, a coleta de dados se deu através das entrevistas com os professores de português e redação e com a intérprete, cujos profissionais atendiam uma aluna surda nessa escola no ano anterior (2018).

Na escola 1, foram observadas um total de 10 aulas, sendo 8 aulas de Língua Portuguesa e 2 aulas de redação. Já na escola 2, foram observadas 16 aulas de língua portuguesa e 4 aulas de redação, totalizando 20 aulas. Nota-se que o número de aulas observadas na escola 2 foram o dobro da escola 1, isso porque na escola 2 têm-se três alunos surdos em duas turmas e séries diferentes, logo as observações foram realizadas nas duas turmas, conforme a tabela:

**TABELA 01: NÚMERO DE AULAS OBSERVADAS POR ESCOLA**

Escola	Aulas observadas de Língua Portuguesa	Aulas observadas de Redação	Total de aulas observadas por escola
<b>Escola 01</b>	08	02	10
<b>Escola 02</b>	16	04	20
<b>Escola 03*</b>	00	00	00

Fonte: o autor.

\* A escola 03 não possui aluno surdo matriculado em 2019.

O objetivo principal das observações foi identificar como as aulas aconteciam, ou seja, de que modo os conteúdos de língua portuguesa e redação são repassados para os alunos surdos, bem como perceber como os professores de tais disciplinas se comportam em relação a essa transposição e em sua relação comunicacional com os alunos surdos. Além disso, perceber também como se dá a interação entre os alunos surdos e os alunos ouvintes, assim como termos um contato mais direto com a realidade, no chão da sala de aula.

Nas duas escolas observadas, identificamos basicamente as mesmas características durante as aulas. Em relação ao modo como os conteúdos das referidas disciplinas são repassados, isso acontece por intermédio da tradução da língua portuguesa oral para a Libras, trabalho feito pelo intérprete que media essa transposição.

No que diz respeito à postura do professor, percebemos que por vezes eles se sentem inseguros e não estão preparados para a realidade de ter um aluno surdo em sala de aula, o que provoca certa dificuldade no processo de ensino pelo fato de não saberem como se comunicarem de forma efetiva com o aluno surdo, isso também ficou evidente nas entrevistas que analisaremos no próximo subtópico.

Um acontecimento que chamou nossa atenção durante as observações na escola 1 foi o fato de, em uma dada aula de redação, a professora ter levado um vídeo de poesia, sem legenda e sem o texto escrito para a aluna surda. Isso fez com que a intérprete tivesse que interpretar toda a poesia e, apesar disso, a aluna não conseguiu visualizar as expressões, os sentimentos e o espaço visual em que a poesia estava sendo declamada, pelo fato de estar atenta olhando para a intérprete. Fica evidente que pequenas atitudes podem ser tomadas para minimizar as dificuldades de ensinar uma pessoa surda. A legenda do vídeo, nesse caso, por exemplo, seria o essencial.

Por último, o que observamos foi a falta de interação entre os alunos surdos e os alunos ouvintes. É notório que não há integração entre eles e que os alunos surdos no contexto escolar parecem viver em um universo em que só existem ele e o intérprete, visto que a falta de conhecimento e habilidade da Libras por parte dos ouvintes implica no desfavorecimento da comunicação entre eles.

Nesse sentido, na escola 1, foi observado que além da intérprete presente em sala, apenas a irmã da aluna surda, que estuda na mesma série e mesma turma, sabe se comunicar com ela usando a Libras. Na escola 2, tem-se uma aluna no primeiro ano, no qual a única pessoa que sabe Libras é a intérprete. No segundo ano, têm-se dois alunos surdos, os quais só se comunicam em Libras com a intérprete e um colega de classe que também sabe usar a Libras. Desse modo, fica evidente a falta de interação entre esses alunos com o restante da comunidade escolar, bem como a falta de uma política linguística que viabilize o ensino de Libras para os alunos ouvintes. A partir dessa perspectiva, acreditamos que a implementação da disciplina de Libras na grade escolar da educação básica é

fundamental, desde a alfabetização, perpassando pelo ensino fundamental, médio e ensino superior, desse modo, surdos e ouvintes teriam acesso igualitário a esta língua, fazendo com que houvesse uma comunicação eficiente entre eles, fazendo assim, que lacunas fossem preenchidas na interação.

Dois acontecimentos durante as observações merecem ser mencionados. O primeiro aconteceu na escola 1. Em um dos dias observados, a intérprete chegou atrasada à sala de aula, enquanto isso a aluna pareceu não entender o conteúdo que estava sendo repassado pela professora regente. E o outro acontecimento é referente à escola 2, na sala do segundo ano, onde em um certo dia a intérprete teve que ir embora antes do fim das aulas e quem fez a mediação entre o professor e os alunos surdos foi o colega que sabe um pouco de Libras. O que podemos refletir sobre isso é que o intérprete não pode ser visto como o único meio para esse processo de ensino/aprendizagem, há de se adotar outros meios e/ou estratégias para garantir a educação dos surdos de forma eficaz no sistema regular de ensino.

A seguir analisaremos as entrevistas feitas com os professores de língua portuguesa e redação, atentando para os fatores que motivaram as respostas e relacionando tais falas com as políticas linguísticas abordadas anteriormente no tópico 5.3 – seção 5, deste trabalho.

## 7.2 Sobre as entrevistas com os professores de Língua Portuguesa e Redação

As entrevistas seguiram um modelo padronizado e estruturado por um roteiro elaborado previamente contendo 16 questões (Apêndice 01). Nessa etapa foram entrevistados um total de 4 professores de língua portuguesa e 4 professores de redação de acordo com a tabela a seguir:

**TABELA 02: NÚMEROS DE PROFESSORES ENTREVISTADOS POR ESCOLA E POR DISCIPLINA**

Escola	Nº de Professores de Língua Portuguesa entrevistados	Nº de Professores de Redação entrevistados	Total de professores entrevistados por escola
<b>Escola 01</b>	01	01	02
<b>Escola 02</b>	02	02	04
<b>Escola 03</b>	01	01	02

Fonte: o autor.

As perguntas giraram em torno de três eixos: primeiro sobre o conhecimento do professor sobre surdez, Libras e seu(s) aluno(s) surdo(s); segundo sobre as dificuldades no processo de ensino/aprendizagem dos alunos surdos e a importância da Libras no processo de escolarização e o terceiro eixo sobre a formação desses professores.

No tocante ao conhecimento dos professores sobre seus alunos, notou-se que a maioria não conhece verdadeiramente a condição dos alunos surdos. Por vezes, não sabem a idade do aluno, bem como não sabem o grau de surdez ou perda auditiva e muito menos o contexto e abordagem pela qual o(s) aluno(s) surdo(s) foi/foram educado(s). No eixo um, perguntou-se se o professor entrevistado conhece e sabe usar a Libras, o resultado é que 100% desses professores conhecem, mas não sabem usá-la, conhecem poucos sinais e não sabem usar de forma que beneficiem os alunos, alguns não cursaram a Libras como disciplina durante a graduação, visto que na época, antes do ano de 2005, ainda não era obrigatório. Notar-se-á que o Estado deveria promover algum tipo de formação e capacitação para esses profissionais da educação que atuam em sala de aula com alunos surdos. A pergunta de número dois dizia: “O que você sabe/entende por surdez?”, as respostas dadas para essa pergunta foram muito superficiais como se pode ver a seguir na fala dos entrevistados:

Deficiência que a pessoa tende a não ouvir e como não ouvir não gera a fala. (Professora de Língua Portuguesa – Escola 01)

Surdez... É... A pessoa não tem... Ela não escuta, né?! não desenvolveu a audição. (Professora de Redação – Escola 01)

(...) Então, sobre né? Acerca da surdez, eu não entendo, não sei bem, muito, nem tão pouco de Libras, né? Então assim, que bom que tem uma intérprete em sala né?! Pra nos ajudar. (Professora de Língua Portuguesa – Escola 02)

O que eu sei é o que eu procurei saber pra poder está em convívio com eles. Então assim, é um outro mundo, né?! O mundo deles, que no caso nós é que somos os intrusos, né?! (...) (Professora de Redação 1 – Escola 02)

A questão da deficiência? Sei lá! Nunca parei pra pensar sobre o assunto não, né? A gente vive a realidade, tá diante dessas deficiências, tá diante da inclusão, mas se a gente for parar realmente pra pensar... eu num sei ne expressar aí... A gente só para pra pensar quando se é questionado, né?! (Professora de Redação 2 – Escola 02)

Eu sei que... quando a pessoa não escuta, geralmente por nascença ou por alguma doença e a surdez vai se agravando a medida que os anos vão passando. (Professora de Redação – Escola 03)

Percebemos que o conceito de surdez que os professores têm é um conceito literal, voltado para a deficiência física, como uma parte faltante do ser que a possui. No caso da primeira definição, considera-se que de forma alguma a pessoa surda possa falar. Já na fala da professora de língua portuguesa da escola 2, observamos um desconhecimento por parte das questões que envolvem a surdez, e ancora-se no fato de ter uma intérprete em sala de aula para dar assistência. Tocamos novamente no decreto de nº 3.298/1999, que considerada deficiência auditiva como sendo uma “perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz;” (Art. 4º - BRASIL, 1999)”, reafirmando termos e diagnósticos médicos.

Para a pergunta 4, que trata do grau de perda auditiva dos alunos, os professores entrevistados não souberam responder, apenas usaram suposições baseadas em situações vivenciadas em sala de aula.

No que diz respeito à forma de comunicação usada pelos alunos surdos e pelos professores, tem-se que na escola 1, a aluna se comunica por intermédio da libras e da leitura labial. Na escola 2, a aluna do primeiro ano se comunica apenas por meio da Libras. Já os alunos do segundo ano, uma se comunica apenas pela Libras e o outro pela Libras e pela leitura labial. No caso dos professores, todos eles se comunicam com os alunos somente pela fala oral, usam Libras apenas para cumprimentá-los e a mediação é toda feita pelo intérprete de Libras.

Sobre o segundo eixo que trata das dificuldades no processo de ensino/aprendizagem e a importância da Libras no processo de escolarização do aluno surdo, os resultados sugerem que alguns professores sentem sim dificuldades ao ensinar os alunos surdos, o que se evidencia através das falas:

Sim. Pelo fato de não ter o domínio de Libras, né?! E você sabe que você tem a necessidade, mas não procura. Não faz o curso, eu até iniciei um curso, mas aí abandonei, à distância. Se nós tivéssemos a oportunidade de uma coisa mais próxima, né?! (Professora de Língua Portuguesa – Escola 01)

Não, assim, às vezes sempre quando eu vou preparar minha aula, eu sempre penso mais nela. Será que isso aqui eu vou conseguir repassar pra ela? Mesmo tendo a intérprete na sala, eu fico muito preocupada pra saber se ela vai, né?! compreender fazendo a leitura labial e a intérprete. E também quando tem algum vídeo ou alguma coisa assim, eu sempre

procuro legendado e música quando eu trago, eu acho sempre bom trazer a letra, né?! Pra ela ter, mas às vezes eu fico preocupada pra saber se ela entendeu, eu pergunto a intérprete se ela tá entendendo. (Professora de Redação – Escola 01)

Bom, é... eu ainda não passei nenhum trabalho avaliativo, então eu não sei se eles estão é... conseguindo captar é... o conteúdo que eu passo. Então assim, no início eu fiquei muito apreensiva: Meu Deus, como será? Agora eu estou mais relaxada, mas pode ser que eu fiquei preocupada depois quando eu perceber, assim, o *feedback* que eles tão me dando, se eles conseguiram se, se... porque eu acho que também depende até se a intérprete conseguiu absorver o que eu passei pra repassar pra eles, né? Eu estava preocupada, mas agora estou mais relaxada, vou ver depois. (Professora de Língua Portuguesa – Escola 02)

Meu Deus, quando a (nome da interprete) não vem, é.. abre um buraco assim no chão, porque ela, ela é a nossa fala ali, as mãozinhas dela é a nossa voz, porque não é aquela coisa, por exemplo ontem... ontem o pneu da moto que ela vem furou, então eu tinha a primeira aula, é 50 minutos, ela chegou 07:30, eu já havia explicado um pouco sobre argumentação, aí eu fiquei: - Meu Deus, como eu vou explicar... Só tinha vindo a menina, e o dela, ela só faz o sinal se for de Libras mesmo, aí eu ficava, algumas coisas na mão, outras coisas escrevendo, aí eu ficava: - Tu entendeu? Tu entendeu? E ela: - Não! Até porque eles escrevem diferente, porque por exemplo verbo eles não conjugam, né? A escrita é totalmente diferente e eu tenho que saber isso pra eu poder corrigir, porque se não... Então AMAR vai ser sempre AMAR, não existe EU TE AMO, não existe NÓS AMAMOS, AMAR é AMAR e pronto, então como professora de Redação, eu tenho que entender mais a linguagem deles, porque se não eles nunca vão ter uma nota compatível com o que eles sabem. (Professora de Redação 1 – Escola 02)

Sim. Principalmente por não dominar a Libras, né?! Eu penso que se eu soubesse, a minha comunicação seria mais eficiente. (Professora de Redação – Escola 03)

Em contra partida, uma das professoras acredita que não há dificuldades nesse processo, como podemos perceber na fala a seguir:

Até agora eu não estou tendo dificuldade nenhuma, até porque como eu falei pra você, ela parece que entende alguma coisa, que ela se expressa do jeito dela, entendeu? (Professora de Redação 2 – Escola 02)

Com base nas falas apresentadas é possível refletir sobre como é perceptível que há sim dificuldades por parte dos professores e alunos surdos no processo de escolarização, e isso se dá mais uma vez pela falta de habilidade que os professores têm no que diz respeito a Libras. Ressaltamos a fala de uma das professoras de redação da escola 2, que em sua concepção não existe dificuldades no ensino/aprendizagem da aluna surda, uma possível interpretação da fala pode se dá pela concepção de que ter um intérprete em sala de aula é suficiente, quando por

vezes sabemos que a realidade é outra, desse modo, nota-se um distanciamento da professora como atuante desse contexto de ensino de pessoas surdas.

Já quando perguntados se os alunos surdos apresentam dificuldades em seu processo de escolarização, a maioria das professoras entrevistadas, acham ou afirmam que eles não sentem dificuldade:

Ela (aluna surda), eu creio que não. Eu acho ela bem esperta, eu acho ela muito inteligente. Eu vejo que às vezes ela compreende mais, né?! do que os outros. Eu passo uma atividade e ela... A (nome da intérprete) fica ali perto, mas ela consegue resolver só. Sobre a escrita, não tem os conectivos, né?! mas ela escreve dentro do assunto, dentro do tema, ela consegue escrever. (Professora de Redação – Escola 01)

(...) eu percebo que eles escrevem bem, leem, inclusive a menina é uma das melhores da sala, segundo informações do ano passo, que ela cursava o 1º ano, então ela é uma das melhores em nota, né? Então assim, eu acho que no caso dela, talvez ela num.. num.. o cognitivo dela não seja tão afetado, né? por isso, e ela consiga captar. (Professora de Língua Portuguesa – Escola 02)

Não muito, né?! Porque ela é muito, muito boa. Mas em alguns momentos sim, por exemplo quando a intérprete não vem, ela tem uma dificuldade em responder as atividades, porque eu não sei como orientá-la da forma, né?! que favorece realmente. (Professora de Língua Portuguesa – Escola 01)

Diante disso, constatamos que embora não haja comunicação efetiva entre professor e aluno, os surdos apresentam um bom desempenho por meio do auxílio do intérprete.

De acordo, com a fala da professora da escola 3 citada a seguir, tais alunos apresentam uma certa dificuldade, principalmente na escrita<sup>18</sup>, visto que a escrita destes é diferente e por vezes os professores não sabem como avaliarem as produções textuais. Nesse sentido acreditamos que a dificuldade na escrita não provém do aluno surdo, e sim do professor que não possui formação para avaliar textos escritos por esses alunos surdos, mais uma vez um resultado que aponta para a necessidade de formações voltadas para questões como esta. O fator idade também foi apontado como uma das dificuldades por uma das professoras da escola 2, visto que um dos alunos surdos possui idade considerada avançada para a série em que estuda. A seguir, têm-se essas falas:

Apresenta. Apresenta porque mesmo tendo o auxílio da intérprete, né?! Por exemplo, em disciplinas como cálculo, né? No meu caso, em relação a

---

<sup>18</sup> Em relação à escrita do aluno surdo, consultar: GUARINELLO, Ana Cristina (2007) e STOKOE, William C (1980).



redação, na produção de texto, eu não tenho nenhum curso sobre correção de redação pra alunos surdos, os cursos que eu tenho e as formações que eu já fiz foi pra alunos ouvintes, né? Eu não sei como por exemplo, a redação dela era corrigida no ENEM, né? Então isso era uma dificuldade, como eu ia orientar, né? Então as correções, eu... eu fazia o seguinte: eu procurava circular as palavras que ela tinha colocado em relação a temática, entendeu? Esse era um recurso que eu usava, se eu visse que pelas palavras que ela utilizou tinha coerência com o tema, aí... se não, eu conversava com ela através... com o auxílio da intérprete. (Professora de Redação – Escola 03)

A (nome da aluna) ama escrever, aliás eu era a professora de português do ano passado, ela era uma das melhores em português, ela ama ler, ela adora ler. Já o (nome do aluno) tem dificuldade, eu acho que o (nome do aluno) tem sim um pouco de dificuldade cognitiva, até pelo fato da idade também, já tem 30 anos e tal. Mas é, é tipo assim, você entrega um “post-it” pra (nome da aluna) e tem que fazer 10 pra ele. A (nome da intérprete) faz um sinal pros dois, a (nome da aluna) entende, baixa a cabeça e vai fazer e ela (intérprete) continua com o (nome do aluno), ela continua... continua... até chegar um ponto que ela tem ir lá com a mãozinha dela e oh, é assim... assim... aí, ele consegue. (Professora de Redação 1 – Escola 02)

Ainda no segundo eixo, perguntou-se aos professores se na opinião dele havia necessidade de alguma adaptação curricular para os alunos surdos e de que maneira isso poderia ser feito, nesse quesito houve certo consenso entre as respostas:

Sim. Com certeza há necessidade. Uma vez eles sugeriram que seria interessante uma disciplina, né?! estudada na escola, ou um minicurso de dois meses, três meses, pra que eles próprios tivessem acesso pra que a comunicação fosse mais favorável, né?! Porque ela fica ali no universo dela, ela e a (Nome da Intérprete), às vezes interage com o professor que realmente alguns são mais superficiais, outros não, mas realmente a comunicação acontece só ali entre elas. Só há interação com a irmã. (...). (Sobre o curso) para nós professores também, porque às vezes eu não sei realmente como chegar. Quando ela não está entendendo essa questão, aí eu não sei, não sei se eu explique pra (nome da aluna, ou se eu explique pra (nome da intérprete), aí fica naquele impasse. (Professora de Língua Portuguesa – Escola 01)

Sim. Eu creio que precisa, porque as vezes a gente que é professor não está preparado pra, né?! Aqui não, aqui tem um intérprete, mas tem escola que não tem, tem escola que não tem. Aí eu fico pensando, como é que o menino desse numa aula de matemática vai compreender sem o intérprete perto, né?! (Professora de Redação – Escola 01)

Eu acho assim, que adaptação, ela... a diferença já ocorre, no... no que se refere a ter um outro profissional em sala, né? é... trabalhando essa outra linguagem né, digamos assim, mas eu vejo assim que adaptações são feitas no nosso planejamento enquanto professor, porque a primeira vez eu fui surpreendida, quando eu fui levar a música com exercício, e aí... a intérprete: - Tu tem a letra? / - Não, não tenho. / (intérprete) – Não, era pros meninos acompanharem. Aí eu, poxa vida, a gente trabalha tanto com inclusão e agora? Os meninos vão fazer o que? Eles não vão escutar nada? Mas eu acho assim que na cabeça deles: - a gente sendo excluído,

né? Mais uma vez, né? e aí eu fiquei tão assim...que de imediato, um colega foi, e foi pesquisar na internet, pegou o celular e foi pesquisar a letra, né? então assim, é.. é... são essas observações que nós devemos fazer. (...) Então eu acho que essa adaptação tá no nosso fazer diário mesmo, né? no meio do nosso planejamento. (Professora de Língua Portuguesa – Escola 02)

Eu acho que a adaptação num precisaria... é... curricular sim, também, porque eles ficam numa bolha, é só eles ali naquele cantinho, tipo assim, às vezes fico me perguntando: pronto, ontem a (nome da intérprete) não veio, não chegou na hora quer dizer, aí eu fiquei, eu olhava pro (nome do aluno que sabe Libras na sala), aí o (nome do aluno que sabe Libras na sala) olhava pra mim, e eu olhava pra eles perguntando se eles tinham entendido, porque o (nome do aluno que sabe Libras na sala) sabe falar Libras, mas porquê?! Porque a escola que o (nome do aluno que sabe Libras na sala) estudava, o professor de português tirava uma aula e a menina que era intérprete pegava essa aula e dava aula pros alunos, então a sala se comunicava com o aluno. Então assim, pelo menos aquela coisa do “me emprestar” alguma coisa, ou “vamos para ali”, eles sabiam e não tem isso, então deveria ter isso, assim pelo menos uma aula de Libras. Por que não? Pelo menos nas salas que tem alunos assim, ter esse ajuste na matriz. (Professora de Redação 1 – Escola 02)

Eu acho que adaptação em relação a questão da inclusão, toda hora tem que ser revista, né? Porque é complicado, a gente... (...) Eu acho que deveria ser vista de uma maneira especial essa situação, né, num é só inclusão colocar na sala de aula, tá entendendo? Ser visto de outra forma, (...) acho que tem que ser vista uma forma da criança, do jovem não ficar tão aleatório, né? Só pra tá ali, pronto e acabou. Tudo bem que a inclusão deve ser feita, mas tem que ser vista de bons olhos. (Professora de Redação 2 – Escola 02)

A adaptação que eu creio que deva haver, não é somente para o aluno surdo, mas em geral. Adaptação na universidade, quando eu cursei Letras, eu não tive disciplina de libras, hoje em dia me parece que ela já é obrigatória, né? Pra quem cursa qualquer curso de licenciatura, mas na minha época não fiz nenhuma disciplina. E alteração, porque se é a segunda língua oficial do Brasil, como é que ela não é explicada em sala de aula? Como é que não é ofertada, né? É uma incoerência, é uma negligência do Estado, né? Não promover isso. (Professora de Redação – Escola 03)

Dadas as falas, percebe-se que os professores entrevistados têm consciência que algo deve ser mudado, melhorado e/ou adaptado para a melhoria no ensino as pessoas surdas, como por exemplo, a inserção de uma disciplina de Libras na grade curricular do ensino básico, o que fica muito claro na fala da professora de redação da escola 3, bem como afirmam que por vezes são as atitudes diárias no próprio planejamento das aulas que podem colaborar para essa melhoria.

Para finalizar o eixo dois, perguntou-se a respeito da importância da Libras no processo de escolarização do surdo, e tem-se que:

É o essencial, né?! É a partir dali que ele vai ser alfabetizado. Ela (aluna surda) domina muito bem, faz leitura labial, mas eu tenho certeza que lá

no início, né?! quando ela começou, ela foi muito bem orientada, muito bem ensinada, coisas que aqui a gente não ver. Nós tínhamos um aluno surdo, em 2012, eu acho que ele concluiu o terceiro ano do ensino médio, era só pra dizer que era inclusão. Ele tinha intérprete, mas não acontecia, por que? Porque ele não sabia. Ele não foi alfabetizado em Libras, né?! O intérprete ficava realmente dando aquele suporte, mas não conseguia atingi-lo. (Professora de Língua Portuguesa – Escola 01)

Trazendo assim pro nosso contexto atual, eu vejo que ela facilita, né?! Ela ajuda o aluno a compreender mais rápido, né?! Porque se fosse no caso só eu explicando, eu acho que pra ela teria uma dificuldade maior para compreender e tendo a intérprete ao lado, é como se clareasse. E ela se sente mais segura, né?! (Professora de Redação – Escola 01)

Bom, eu vejo assim, eu acho que era pra ser ensinado também assim como o nosso... já que é oficial, também é uma língua oficial, por que não também ser ensinada? Né?! Então, eu acho que deveria ser ensinado, lá do fundamental, num sei... quando os meninos tiverem já esse entendimento, né? – Ah gente, vamos aprender agora Libras! Depois de alfabetizado em língua portuguesa, começar aos poucos também alfabetizar nesse outro idioma, porque assim eu vejo que a gente tá incluindo mais, né?! A gente consegue incluir, é... a gente entra no outro mundo, né? fazendo uso de outra linguagem. Pra que haja comunicação as duas pessoas, os dois elementos devem entender a mensagem, quando só um entende, como é que há essa comunicação, né?! E se os dois falarem em códigos diferentes, num... num há entendimento. (Professora de Língua Portuguesa – Escola 02)

Acho que se não houvesse eles nem frequentariam a escola. Como? Porque eu tiro pelos três primeiros meses aqui dos dois, tinha momentos que a gente olhava a agonia deles de olhar pra cara do professor, ai tipo assim... O (nome do aluno) ainda ficava tipo assim, fecha um olho e fica aqui tentando, tentando... é... ela... ela a menina eu via que tudo , se o professor desenhasse uma bola, ela fazia no caderno dela, porque depois ela me dizia, escrevia né pra mim, que quando chegasse em casa, ela mostrava o pai dela, pro pai dela explicar o que foi que o professor disse, entendeu? Porque os pais tem essa preocupação, com ela os pais tem essa preocupação sim, entendeu? Muito mesmo, então assim, se não houvesse a Libras, o que seriam deles né? (Professora de Redação 1 – Escola 02)

É fundamental pra ela (pessoa surda), que ela vai ter a base, vai ter o alicerce, independente da... da situação em que ela se encontre. Como eu falei, agora tem que ser vista com bons olhos, né só... de qualquer jeito não. (...) (Professora de Redação 2 – Escola 02)

A importância que eu penso é total, né? Essencial. Nós tivemos um aluno aqui em 2015 que não conhecia, né?! Não tinha sido alfabetizado, inclusive este ano também temos um com um grau parcial de perca e ele não conhece a Libras, então a comunicação é quase inexistente. (Professora de Redação – Escola 03)

Mediante as falas, vemos que a Libras tem fundamental importância no processo de escolarização do aluno surdo, visto que através desta que deve ser a língua materna desses sujeitos, o veículo de comunicação se torna mais eficaz, propiciando ao aluno surdo o bom relacionamento com a comunidade escolar, bem como um bom desempenho educacional.

O último eixo analisado se trata da formação dos professores entrevistados que atuam ou já atuaram em um contexto de sala de aula com alunos surdos. Nesse eixo temático, perguntou-se se os professores entrevistados têm ou já tiveram alguma capacitação que tratasse de surdez ou Libras, bem como a frequência dessas capacitações e a instituição que havia promovido caso a resposta fosse afirmativa. Um resultado alarmante foi o fato de nenhum dos professores terem tido uma formação específica para lidar com essa realidade. Alguns deles nunca tiveram contato com a Libras, bem como nunca participaram de formações e/ou cursos que falassem sobre surdez. Enquanto outros só tiveram contato com a Libras na graduação e participaram de formação sobre pessoas com deficiência de forma geral em âmbito escolar, promovida pela própria escola durante a semana pedagógica, como é o caso dos professores entrevistados da escola 2:

Não. Nós tivemos em nossa Semana Pedagógica, palestras acerca é... de... de nossos futuros alunos, né? tratando dessas deficiências, como lidar com algumas situações, mas que a escola promoveu, mas fora não. (Professora de Língua Portuguesa – Escola 02)

No começo do ano, nós tivemos uma capacitação, de inclusão aqui na escola. (Professora de Redação 2 – Escola 02)

Por último, foi indagado aos professores pensarem qual seria a relação que eles identificam entre a Libras e a política de inclusão, eis algumas das respostas:

Na verdade essa parceria é essencial, porque não tem como você incluir, fazer essa inclusão, se você não consegue alcançar o aluno, né?! No caso, o aluno surdo realmente, é a língua de sinais. (Professora de Língua Portuguesa – Escola 01)

Eu acho assim que toda escola que tem, né?! um aluno que ele precisa de Libras, deveria ter um intérprete, porque, no caso aqui graças à Deus a gente tem um intérprete, isso facilita muito, mas tem escola que os professores têm aluno com surdez e eles tem bastante dificuldade, e a gente fica preocupado pra saber se ele tá compreendendo, se ele tá sabendo, como é que a gente deve agir, porque por mais que a gente veja essa disciplina na faculdade, é uma coisa básica, mas num é uma coisa que vai me ajudar no dia a dia. Aprende, bom dia, boa tarde, boa noite e o alfabeto, o básico do básico, mas pra você trabalhar no dia a dia é complicado. (Professora de Redação – Escola 01)

Eu acho que ainda há muita coisa a ser feita, em todos os setores no que se refere a inclusão social, há muito a ser feito, né? (...) E que, mesmo sem perceber a gente também, é a mesma história do preconceito e do racismo, inconsciente a gente tem atitudes que acabam excluindo, eu percebo assim, é inconscientemente a gente acaba muitas vezes é... tendo essas atitudes, e eu acho que há muito a ser feito, tem que ter muita é... é... (...) eu acho que poderia, é... é... Porque não a SEDUC ou a CREDE promover um curso, né? promovem cursos pra gente sim, mas em relação a isso né?! é... trabalhar.. ter mais força, né?! políticas

afirmativas de inclusão, é... mas eu vejo que não tem tanto. (...) eu sinto vontade de conversar com eles (alunos surdos), de saber o que pensam, né?! Mas, num domíno, né? E aí fica... fica, o acesso fica restrito a intérprete que querendo ou não, a própria interpretação é muito subjetiva, eu num sei da maneira que ela passa, como eu vejo eles ou as minhas respostas ou que eu passo em sala, né? Então é muito diferente. (Professora de Língua Portuguesa – Escola 02)

Eu acho que pelo menos um elo pra tentar fazer esses meninos, esses adolescentes serem adolescentes, terem aquele convívio, mas aí eles pecam em só ofertar Libras só pra quem é surdo. Então como eles vão interagir se na sala só tem ele? Então do que adianta? Só ele e o intérprete. Não é uma sala só deles, se fosse seria bem mais fácil, né? Bem mais fácil. (Professora de Redação 1 – Escola 02)

É muito importante, mas que falta muita coisa para que as duas caminhem juntas. Precisa muita coisa, (...), não adianta ter o intérprete né?, ali, assessorando, fazendo aquela comunicação, aquela intervenção, se é só aquele momento. Em relação a nós professores também, a gente tem que tá no meio dessa inclusão, que tem que tá nesse sistema, tem se deparar com várias situações, nós também deveríamos ser vistos com outros olhos, pra gente ficar apto a tais situações. (Professora de Redação 2 – Escola 02)

É... Eu penso que a política da inclusão, ela ainda não existe, né? Se existe ainda é muito falha, não é eficiente. O aluno surdo ele não é, é... existe essa questão de incluir na escola, mas não há recursos para essa inclusão, não há material didático apropriado, não há formação para professores, né?! Então assim, é uma inclusão somente de nome, mas não é eficiente. Então eu penso que algumas intervenções seria a mudança da grade curricular, seria o Estado promover capacitações para professores, embora não sejam intérpretes, pra que saibam, né?! Estudem... Mas eu também reconheço que a própria universidade fornece alguns cursos, né?! Eu já inclusive já tentei fazer alguns, mas chocava com os horários das aulas aqui que eu tinha, então eu percebo que o professor que não é intérprete, ele tem que ser um pouco autodidata e ter o interesse também, né? Eu defendo a ideia de que muitas coisas na educação, a gente não deve somente esperar pela ação de uma política, não, tem que partir de nós também, eu defendo isso. (Professora de Língua Portuguesa – Escola 03)

Com base nas contribuições dadas pelos professores entrevistados, é possível perceber que a Libras é essencial para o bom desenvolvimento não apenas educacional, mas também social dos alunos surdos. Também é perceptível, que esses professores compreendem que para estar em sala de aula ensinando a pessoas surdas, é preciso ter mais que apenas um intérprete para auxiliá-lo. É preciso que se busquem estratégias, cursos, formações e meios de se desenvolver na Libras, afim de possibilitar ao aluno surdo um contato mais próximo com o professor. Além disso, fica a crítica dos professores em relação aos órgãos educacionais do estado, tais como a CREDE e a SEDUC, para proporcionem essas formações de forma a contribuir para uma política de inclusão que funcione verdadeiramente, evidente nas falas das professoras de língua portuguesa das escolas 2 e 3.

No tópico 7.3, analisamos as entrevistas feitas com os intérpretes, buscando refletir sobre o papel e a importância do intérprete de Libras para a educação dos alunos surdos, bem como a relação com os documentos oficiais.

### 7.3 Sobre as entrevistas com os intérpretes de Libras

As entrevistas realizadas com os intérpretes de Libras também seguiram um modelo padronizado e estruturado por um roteiro elaborado previamente contendo 09 questões (Apêndice 02). Nessa etapa, foram entrevistados um total de 4 intérpretes de Libras distribuídos entre as três escolas como mostra a tabela abaixo:

**TABELA 03: NÚMERO DE INTÉRPRETES ENTREVISTADOS POR ESCOLA**

Escola:	Nº de Intérpretes de Libras entrevistados
<b>Escola 01</b>	01
<b>Escola 02</b>	02
<b>Escola 03</b>	01
<b>Total:</b>	04

Fonte: o autor.

As perguntas giraram em torno de três eixos: primeiro sobre a formação desse profissional, bem como seu tempo de atuação; segundo em relação a importância, às potencialidades do intérprete em âmbito escolar e as dificuldades encontradas por eles e pelos alunos surdos os quais acompanham e o terceiro eixo se refere ao cenário atual para a formação desse profissional em âmbito nacional e/ou estadual.

No primeiro eixo, destaca-se que das quatro intérpretes entrevistadas, apenas a intérprete da escola 1 possui a formação completa nessa área, enquanto as demais têm formação parcial, como a intérprete 2 da escola 2 e a intérprete da escola 3, ou está cursando como é o caso da intérprete 1 da escola 2. Têm-se abaixo as falas que comprovam essas informações:

Pedagoga, graduada em matemática e em Libras. Possui formações em todas as áreas da educação especial, tem curso de formação de autismo, deficiência intelectual, braille, deficiência física, enfim. Todas as formações do CREAECE. Atualmente cursando História, pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira. Idade: 37 anos. Tempo de atuação: Atua como interprete a 10 anos, estando quase em seu 11º ano. (Intérprete da Escola 01)

Sou graduada na área da saúde, eu sou fisioterapeuta, mas desde os meus 14 anos eu já tenho um convívio com os surdos, desde então eu comecei a fazer um curso no CREAECE, já há 2 anos e meio e ainda estou cursando o

nível avançado. É todo um processo até chegar no intérprete e infelizmente falta muitos profissionais que tenham curso completo. Idade: 25 anos. Tempo de atuação: Trabalho no ENEM como intérprete a 4 ou 5 anos e ano passado fui chamada pra cá. (Intérprete 1 da Escola 02)

Fiz pedagogia, tenho especialização em educação infantil e Libras. Fiz o curso de libras por 2 anos e meio em Fortaleza, pela FENEIS. Idade: 44 anos. Tempo de atuação: Acompanhei um aluno desde o primeiro ano até o terceiro, e esse ano eu tô acompanhando uma aluna no primeiro. (Intérprete 2 da Escola 02)

A minha formação é em Libras Básico, eu fiz no CREAECE, no Centro de referência em Fortaleza, é... Na Libras, eu tenho realmente só essa formação, porém eu tenho experiências pessoais com surdos, o que me possibilitou muitas aberturas pro campo, né?! então, eu já trabalho nesse ramo a 5 anos, é.. com surdos de diversas idades, desde 4 até 19 anos que foi o caso da (nome da aluna surda formada no ano de 2018), né?! Idade: 23 anos. (Intérprete da Escola 03)

O fato de apenas uma das intérpretes possuírem formação completa em Libras, pode ser considerado um problema, visto que esse contexto pode interferir negativamente no trabalho desses profissionais, torna-se necessária a formação completa e continuada, com fins de sanar as dificuldades no processo de tradução das aulas para os alunos surdos.

No segundo eixo, perguntamos aos intérpretes de Libras, qual seria a importância deles para o aluno surdo:

O intérprete, ele é a ponte, a ponte da comunicação, porque a gente sabe que a comunicação é tudo para a interação, não adianta o aluno está na sala de aula se ele não sabe o que está se passando lá. O interprete é essa ponte que vai mediar essa comunicação. Tem uma ex-aluna minha, que ela sempre dizia que o intérprete para ela era como se fosse uma luz que clareava numa sala escura, porque até então, enquanto não há comunicação, enquanto ela não sabe o que está se passando em sala de aula, era como se tudo estivesse escuro para ela. O interprete é aquele que vem ascender essa luz, vem fazer com que ela entenda o que está se passando na sala e ao seu redor. (Intérprete da Escola 01)

É que sem o intérprete ia ficar bem difícil pra eles, muito difícil mesmo, porque é... não é só a questão da... da aula em si, né? Mas a questão de avisos, do relacionamento com as outras pessoas, do convívio com os colegas mesmo, o professor também, aquela dificuldade que o ouvinte tem de se comunicar com eles, então o intérprete, ele, a importância dele não é só ali... claro, primeiramente na interpretação da aula, mas também na interação com os outros. (Intérprete 1 da Escola 02)

É como se a gente fosse o ouvido deles, né?! E assim a mediação, existe uma mediação do intérprete com o aluno surdo, porque ele não escuta, aí ele... o professor intérprete, ele vai repassar o que o professor (ouvinte) está falando né? Em sala de aula, as explicações. (Intérprete 2 da Escola 02)

Bom... é... os alunos surdos, eles não têm nenhuma dificuldade cognitiva, né?! Na verdade a barreira que eles tem é na comunicação, então por esse motivo, o intérprete é de fundamental importância, porque o professor, ele não tem as habilidades necessárias pra repassar os conteúdos de forma

que o surdo entenda. Então o intérprete, nessa mediação ele é fundamental, não tem como faltar, não tem como deixar de ter, porque justamente a barreira que o surdo encontra é na comunicação e né? com o intérprete essa barreira é sanada e ele tem total acesso à educação/aprendizado. (Intérprete da Escola 03)

Em todas as respostas, é perceptível como o intérprete de Libras é importante no processo de ensino/aprendizagem dos alunos surdos, pois é por meio deles que tais alunos conseguem ter acesso aos conteúdos ministrados em sala de aula, assim como conseguem quebrar, de certa forma, a barreira que existe na comunicação entre os surdos e as pessoas que não têm domínio da Libras. Dada a importância desse profissional, destacamos aqui a Lei nº 12.319/2010, que regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Libras, um passo muito importante para o reconhecimento desse profissional em sociedade.

Seguindo o roteiro solicitamos que os entrevistados falassem sobre a necessidade de uma formação continuada voltada para o intérprete. Os resultados demonstram que essa formação continuada é fundamental, visto que a Libras está em constante mudança e por vezes os sinais usados ficam ultrapassados, além disso, há a questão da variação de sinais de acordo com as regiões do país:

A necessidade é que sempre temos que ficar buscando inovar, sempre pesquisando sinais, porque geralmente as coisas mudam, tem sinais que a gente usa que já é obsoleto, está ultrapassado. Eu sinto muita dificuldade, porque assim, é muita coisa, muito sinal pra gente memorizar. E assim, os sinais que você utiliza todo dia dá certo, mas quando surge aquele que você não costuma usar, meu Deussss, qual é o sinal disso aqui?? Eu sei, mas eu esqueci, sempre acontece isso, né?! Então a gente tem que estar sempre buscando, inovar, pesquisar, sempre procurando está atualizado no contexto. (Intérprete da Escola 01)

Realmente a importância é muito grande, porque assim, a Libras ela está constantemente mudando, né? ela... Muita gente é... ah a Libras é universal. Não! Ela não é universal. Porque é Libras, pra começar é só aqui no Brasil, né? Em outros países é outra língua de sinais, então, se dentro do Brasil já muda dependendo de estado pra estado, de cidade pra cidade, já muda alguns sinais né? Então a gente tem que estar sempre procurando sinais, tem palavras que não tem sinais, você tem que tá ali procurando inventar algum sinal que se aplique ali aquela palavra, então é preciso realmente. Mesmo que você já seja intérprete ou que você já tenha o curso, é importante você tá sempre procurando. (Intérprete 1 da Escola 02)

É importante porque sempre... até na... na... no curso que eu fiz agora de especialização em Libras, já existe alguns sinais que mudaram, por isso que é importante a gente está sempre se atualizando, né? Porque existe também a questão das regiões que os sinais mudam, né?! E dessa forma é preciso a gente está se atualizando porque pouquinho coisa que mudar, você vai tá atento pra isso, né?! (Intérprete 2 da Escola 02)



Bom, eu acredito que o intérprete ele é um... uma pessoa muito solitária, eu até digo isso às vezes, porque assim, não... nós não temos tantas formações, nós não temos, é... um acompanhamento necessário como os professores têm, com coordenador pedagógico, tanto fora também nas formações continuadas, eles tem dias marcados pra planejamento e tudo mais... E, nós não temos, né? Esse acompanhamento, até porque é uma área pouco conhecida, não pouco conhecida, mas pouco explorada, então está nas mãos de poucas pessoas e eu acredito que isso tenha a ver também com essa questão da formação, né? (Intérprete da Escola 03)

A última fala, da intérprete da escola 3, muito nos chama atenção, pois para além da constante mudança e variação dos sinais mencionadas pelos outros intérpretes, ela aponta para a questão da falta de formação continuada e acompanhamento para a profissão, de forma que o intérprete se torne menos favorecido pelas instâncias governamentais responsáveis pela educação e formação dos intérpretes. Nesse sentido, relembramos e questionamos a lei nº 10.098, de 2000, que estabelece a obrigação de o poder público cuidar da formação de intérpretes de língua de sinais, em seu art. 18º que diz: “O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação (BRASIL, 2000)”, não basta apenas a formação inicial, faz-se necessário a formação continuada.

No Ceará, um dos órgãos responsáveis pelo atendimento especializado é o Centro de Referência em Educação e Atendimento Especializado do Ceará (CREAECE), vinculado à CODEA<sup>19</sup>/ Diversidade e Inclusão Educacional, localizada na cidade de Fortaleza/CE. Por meio deste, as pessoas com algum tipo de deficiência, em qualquer série da educação básica, que vai da educação infantil ao ensino médio, podem ser atendidas. O CREAECE possui três pilares fundamentais: atendimento educacional especializado; a formação continuada de professores, intérpretes e tradutores e a produção de material didático/pedagógico, produzidos por profissionais dos quais podemos citar no caso da Libras, o produtor, o instrutor e o intérprete da Libras. Ponderamos então para a falta de atendimento e formação para os intérpretes entrevistados, refletindo através de suas respostas, a falta de vagas ofertadas pela CREAECE para concluírem a formação inicial, bem como a formação continuada, ou seja, atenta-se para a necessidade de uma reformulação desse contexto.

---

<sup>19</sup> Coordenadoria do Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem.

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho teve como eixo central a discussão sobre a realidade e o ensino de Libras na educação das pessoas surdas em escolas estaduais do Ceará, com base nas políticas linguísticas voltadas para uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais.

Procuramos observar o que os órgãos que tratam da educação na modalidade especial, com enfoque no aluno surdo, têm feito para o desenvolvimento no ensino/aprendizado desses sujeitos, em especial nas escolas estaduais, realizamos então um estudo amplo com as leis, decretos e outros documentos oficiais, bem como a discussão apontada por diversos teóricos que abordam essa temática.

Com base na discursão apresentada, verifica-se um grande avanço no que diz respeito a direitos educacionais e sociais garantidos as pessoas surdas. Tais avanços se deram por meio da luta travada por essa minoria linguística de querer e ver sua língua e sua cultura própria sendo preservada, difundida e aceita em meio a uma sociedade oralista dominante. Apesar disso, constata-se que a educação brasileira dos surdos vem passando por um processo de constante construção e reconstrução baseada na história destes e de suas necessidades para ser incluído na sociedade.

A lei nº 10.436/2002 que reconhece oficialmente a Libras como um meio legal de comunicação pode ser considerada o maior sucesso em termos de políticas linguísticas voltadas para a comunidade surda de nosso país. Por meio desta, a Libras foi ganhando aos poucos mais visibilidade na sociedade brasileira, embora o desconhecimento da população em relação a Libras ainda seja um resultado alarmante.

Mas para além da lei de oficialização da Libras, os resultados sinalizam para a falta de políticas que viabilizem de forma efetiva a integração dos alunos surdos com toda a comunidade escolar e não apenas com o intérprete presente em sala. Evidencia-se a falta de desempenho por parte das autoridades federais, estaduais e municipais no sentido de cumprir de forma eficiente a legislação já existente, bem como a criação de outras ações com fins de melhorar a qualidade e efetivação da educação dos surdos.

Ademais, é preciso que se criem estratégias que permitam o professor conhecer melhor o seu aluno surdo, bem como políticas que propiciem uma

formação voltada para a área da surdez e da Libras para os professores que atuam nesse contexto, com o intuito de que esses profissionais se tornem verdadeiramente capacitados para a importante missão que é educar os surdos, visto que a falta dessa formação ocasiona um distanciamento entre o professor e o aluno surdo e conseqüentemente um desempenho educacional por vezes não satisfatório.

Diante dos resultados dessa pesquisa, sugerimos questões para pesquisas futuras, tais como: analisar como se dá o processo de material didático para os alunos surdos; por que esse material didático não chega às instituições de ensino; por que o número de vagas para a formação de intérpretes é escassa; como se dá o processo de formação desses profissionais, da formação básica à formação completa de intérprete e tradutor de Libras; por que os professores que lecionam em um contexto com aluno surdo não têm formações para questões como avaliar a escrita e melhorar o ensino/ aprendizagem dos alunos surdos.

Finalmente, acredita-se que ao longo dos anos temos avançado bastante no que diz respeito à educação e inclusão das pessoas surdas em âmbito escolar, porém ainda há muito a ser feito e muito a ser estudado para que possamos chegar na educação que os surdos anseiam e esperam, uma educação de qualidade numa proposta bilíngue não só para os surdos, mas também para os ouvintes de forma que se quebrem os empecilhos na comunicação entre surdos e ouvintes.

## REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. O que é uma língua? Imaginário, ciência & hipóstase. **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola, p. 355-387, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988. Brasília, Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em:

[ftp://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes\\_2002/por2678\\_24092002.doc](ftp://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes_2002/por2678_24092002.doc)

\_\_\_\_\_. **Lei nº 7.853**, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm)

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, em especial os art. 58, 59 e 60 (Da Educação Especial) – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, ressaltando a educação especial nos artigos citados. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm)

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.172**, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm)

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.319**, de 01 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da língua Brasileira de Sinais - Libras. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm)

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.146**, de 06 de julho de 2015 – Lei Brasileira de inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.atividade/rotinas/.../get\\_texto.asp?t...//](http://www.atividade/rotinas/.../get_texto.asp?t...//)

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 914**, de 06 de setembro de 1993 – Institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e dá outras providências.

Revogado pelo Decreto nº 3.298, de 1999. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D0914.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0914.htm)

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999 – Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm)

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005 – que dispõe que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)

CALVET, Louis-Jean. **As Políticas Lingüísticas**. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007. [1996]

CARMOZINE, Michelle M.; NORONHA, Samanta C. C. **Surdez e Libras: conhecimento em suas mãos**. São Paulo: Hub Editoriak, 2012.

GERHARDT, Tatiana E. & SILVEIRA, Denise T. **Métodos de Pesquisa** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa?:** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. Parábola Ed., 2009.

\_\_\_\_\_. **O ouvinte e a surdez:** sobre ensinar e aprender a LIBRAS. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

GUARINELLO, Ana Cristina. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos**. Plexus Editora, 2007.

LAGARES, Xoán Carlos. **Qual política linguística?:** Desafios glotopolíticos contemporâneos. Parábola Editorial, 2018.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. **Políticas Linguísticas como políticas públicas**, 2013. Disponível em: [http://e-ipol.org/wp-content/uploads/2013/06/Políticas\\_linguisticas\\_e\\_Políticas\\_publicas.pdf](http://e-ipol.org/wp-content/uploads/2013/06/Políticas_linguisticas_e_Políticas_publicas.pdf) Acesso em 03/09/2018.

\_\_\_\_\_. **Políticas Linguísticas:** uma entrevista com Gilvan Müller de Oliveira. ReVEL, v. 14, n. 26, 2016.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes:** uma viagem ao mundo dos surdos. Editora Companhia das Letras, 2010.

## ANEXOS

### Anexo 01 – Carta de Apresentação de Projeto de Pesquisa.

#### CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA

A/o Senhor(a) \_\_\_\_\_

Diretor(a) da EEM \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Assunto: **Apresentação de Projeto de Pesquisa e solicitação de autorização para pesquisa.**

Prezado Senhor(a),

Apresentamos o Projeto de Pesquisa: *Políticas Linguísticas e o ensino de Libras: a realidade das políticas linguísticas para o ensino de Libras nas aulas de Língua Portuguesa nas escolas estaduais.*

A pesquisa tem como objetivo: Analisar como as políticas linguísticas voltadas para a Libras são postas em prática nas aulas de Língua Portuguesa em escolas estaduais do Ceará.

Espera-se ainda contribuir nos estudos sobre a educação de surdos, sobretudo no Ceará, visto que através desta será possível fazer uma análise dessas políticas de difusão e ensino da Libras, ponderando para o que está no papel e o que acontece na prática.

As informações a serem oferecidas para o pesquisador serão guardadas pelo tempo que determinar a legislação e não serão utilizadas em prejuízo desta instituição e/ou das pessoas envolvidas, inclusive na forma de danos à estima, prestígio e/ou prejuízo econômico e/ou financeiro. Além disso, durante ou depois da pesquisa é garantido o anonimato dos integrantes que forneceram tais informações.

A pesquisa será executada pelo pesquisador responsável Antonio Eugenio Ramos da Silva, sobre orientação da Prof. Dra. Gislene Lima Carvalho, e será apresentada em sua monografia de conclusão de curso – Letras – Língua Portuguesa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, situada na Avenida da Abolição, nº 3 - Centro – Redenção – CE – Brasil.

Para tanto, respeitosamente solicito a V. S.<sup>a</sup>, conforme modelo sugerido em anexo (Carta de Autorização), emissão de autorização para realização da pesquisa.

Redenção, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

---

**Antonio Eugenio Ramos da Silva**  
Pesquisador Responsável

**Anexo 02 – Carta de Autorização.****CARTA DE AUTORIZAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, diretor(a) da Escola de Ensino Médio \_\_\_\_\_, situada na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro – Cidade \_\_\_\_\_, tenho ciência e autorizo a realização da pesquisa intitulada **Políticas Linguísticas e o Ensino de Libras: a realidade das políticas linguísticas para o ensino de Libras nas aulas de Língua Portuguesa nas escolas estaduais**, sob responsabilidade do pesquisador Antonio Eugenio Ramos da Silva, graduando do curso de Letras – Língua Portuguesa na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB. Para isto, serão disponibilizados ao pesquisador uso do espaço físico, bem como a observação das aulas de Língua Portuguesa em que tenha a presença de um aluno surdo e do intérprete de Libras.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

\_\_\_\_\_  
Diretor(a) da EEM \_\_\_\_\_

### **Anexo 03 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).**

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Políticas Linguísticas e o ensino de Libras: a realidade das políticas linguísticas nas aulas de Língua Portuguesa nas escolas estaduais”.

O objetivo deste estudo consiste em analisar como as políticas linguísticas voltadas para a Libras são postas em prática nas aulas de Língua Portuguesa em escolas estaduais do Ceará.

A pesquisa contribuirá para alargar os estudos sobre a educação de surdos, sobretudo no Ceará, visto que através desta será possível fazer uma análise dessas políticas de difusão e ensino da Libras, ponderando para o que está no papel e o que acontece na prática. Para tal, você será entrevistado em dia e hora marcados e a entrevista será gravada em áudio para posterior transcrição.

Os dados e informações coletadas servirão para compor os resultados da pesquisa, além de proporcionar benefícios para avaliarmos como anda o ensino de Libras, o que poderia ser melhorado e como isso pode ser feito.

A sua participação não é obrigatória e, a qualquer momento, poderá desistir da participação. Tal recusa não trará prejuízos em sua relação com o pesquisador ou com a instituição em que estuda. Tudo foi planejado para minimizar os riscos da sua participação, porém se sentir desconforto emocional, dificuldade ou desinteresse poderá cancelar a sua participação.

Você não receberá remuneração pela participação. Em estudos como esse, os participantes podem contribuir para a melhor compreensão sobre uma reflexão não somente sobre as políticas linguísticas existentes, mas também sobre a concretização destas na prática. As suas respostas não serão divulgadas de forma que possibilite a identificação. Além disso, você está recebendo uma cópia deste termo onde consta o telefone do pesquisador principal, podendo tirar dúvidas agora ou a qualquer momento.

---

Participante

---

Antonio Eugenio Ramos da Silva / (85) 98101-7965  
Graduando em Letras – Língua Portuguesa  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)



## APÊNDICES

### **Apêndice 01 - Roteiro de entrevista com professor para coleta de dados sobre alunos com surdez que frequentam a classe comum do ensino médio.**

Série em que o(a) aluno(a) estuda: 1º ano ( ) / 2º ano ( ) / 3º ano ( )

Idade do(a) aluno(a): \_\_\_\_\_ anos

- 1- Você conhece e sabe usar a Libras?
- 2- O que você sabe/entende por surdez?
- 3- A escola tem algum intérprete de Libras?
- 4- Você sabe qual é o tipo e o grau de perda auditiva do(a) seu/sua aluno(a)? Se sim, explique.
- 5- Qual a forma de comunicação usada pelo(a) aluno(a) com surdez na sala de aula?
  - ✓ Oral/fala ( )
  - ✓ Libras ( )
  - ✓ Leitura labial ( )
  - ✓ Comunicação total ( )
- 6- Qual a forma de comunicação usada pelo(a) professor(a) com o(a) aluno(a) surdo(a):
  - ✓ Oral/fala ( )
  - ✓ Libras ( )
  - ✓ Comunicação total ( )
- 7- Você sabe em qual abordagem o(a) aluno(a) surdo(a) foi educado(a)?
  - ✓ Oralismo ( )
  - ✓ Comunicação total ( )
  - ✓ Bilinguismo ( ) /
  - ✓ Não foi educado em nenhuma abordagem específica ( )
  - ✓ Não sei ( )
- 8- Você sente dificuldades para ensinar o(a) aluno(a) surdo(a)? Se sim, quais?
- 9- O(A) aluno(a) surdo(a) apresenta dificuldades em seu processo de escolarização? Se sim, quais?

10- Você acha que existe a necessidade de alguma adaptação curricular para os(as) alunos(as) surdos(as)? Se sim, ela é feita? De que maneira?

11- Algum outro membro da equipe escolar conhece e sabe usar a Libras? Se sim, quem?

12- Qual a importância da Libras no processo de escolarização do surdo?

13- Os(As) alunos (as) surdos(as) desta escola têm algum acompanhamento especializado fora da sala de aula? Se sim, onde e por quem?

14- Você tem/teve alguma capacitação que tratou sobre surdez ou Libras? Se Sim, com que frequência?

- ✓ Sempre ( )
- ✓ Às vezes ( )
- ✓ Uma única vez ( )
- ✓ De 2 a 3 vezes ( )
- ✓ 4 vezes ou mais ( )
- ✓ Nunca ( )

15- Ainda com relação à questão anterior sobre capacitação relacionada à surdez e Libras, se sua resposta foi sim, quem promoveu a capacitação?

- ✓ SEDUC ( )
  - ✓ Secretária de Educação municipal ( )
  - ✓ Eu mesmo(a) fiz via internet ( )
  - ✓ Outros ( ) *nesse caso diga qual?*
- 

16- Qual a relação que você identifica entre Libras e Política da Inclusão?

**Apêndice 02 - Roteiro de entrevista com intérprete de Libras para coleta de dados sobre sua profissão desempenhada em classes comuns do ensino médio.**

Formação:

Idade:

Tempo de atuação:

- 1- Qual a importância do intérprete de Libras para os alunos surdos?
- 2- Qual a necessidade de formação continuada voltada para sua área?
- 3- Quais as dificuldades encontradas na profissão de intérprete de Libras?
- 4- Quais os desafios de uma interpretação da Libras para a Língua Portuguesa?
- 5- Quais as potencialidades de um profissional de Libras no âmbito escolar?
- 6- Quais as dificuldades encontradas nas provas de proficiência e em concursos?
- 7- Durante sua atuação nesta escola, quais as maiores dificuldades que você percebeu que o/a aluno(a) surdo(a) apresenta(m) no entendimento das aulas de Língua Portuguesa?
- 8- Na sua opinião, qual é a educação que os surdos anseiam/precisam? Você acha que essa educação está sendo efetivada de forma eficaz?
- 9- Qual o cenário atual para a formação do intérprete de Libras?